

atividades

**desenvolvimento económico
e urbanismo**



Gabinete de Desenvolvimento Económico e Empresarial

O Gabinete de Desenvolvimento Económico e Empresarial (GDEE), no decurso do ano de 2019, centrou a sua atividade na prestação de um serviço de proximidade às pequenas e médias empresas e a potenciais empreendedores, apoiando empresas, empreendedores e investidores na tomada de decisões relevantes para o seu negócio, através da disponibilização de informação pertinente e da agilização do contacto com os vários departamentos municipais e outras entidades, públicas e privadas, envolvidos em cada projeto. Esta ação de aproximação ao tecido empresarial instalado no território de Santa Maria da Feira tem como objetivo principal a promoção da competitividade do ecossistema empresarial, de forma a gerar mais investimento, promovendo assim o Desenvolvimento Local. O projeto de desenvolvimento económico Bizfeira, cuja dinamização está a cargo deste gabinete, dá corpo ao conjunto de iniciativas integradas que visam alcançar os objetivos traçados pelo executivo camarário, em matéria de desenvolvimento económico do território.

Destacam-se, no ano de 2019, as seguintes atividades:

Projeto Bizfeira - Visitas Empresariais

Uma das principais atividades deste gabinete consiste no levantamento das empresas instaladas no Concelho, nomeadamente as empresas do setor da indústria e da construção, instaladas na malha urbana das freguesias em análise, o que pressupõe a visita in loco. No ano de 2019, foram concluídas as visitas nas freguesias de Romariz e na União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, e deu-se início ao levantamento nas freguesias de Lourosa e S. João de Ver. Este contacto permitiu a recolha de informação de cariz económico, designadamente os setores económicos predominantes e respetivos produtos e serviços, principais mercados e o número de trabalhadores, indicadores que nos permitem ter um conhecimento mais real da composição do tecido empresarial.

No conjunto destas freguesias, foram visitadas 246 empresas, na sua maioria microempresas, que garantem trabalho a aproximadamente 2100 pessoas. Deste conjunto, 35% são exportadoras, tendo como principais mercados Espanha, França e Suíça.

No decurso destas visitas, para além da atualização dos dados de teor económico, as empresas foram convidadas a registar-se gratuitamente na plataforma Bizfeira, dado que esta plataforma é um instrumento de divulgação do tecido empresarial do Concelho.



A plataforma funciona também como canal de divulgação das atividades que são desenvolvidas no âmbito do Projeto Bizfeira e de disseminação de conteúdos relevantes, orientados para o setor empresarial.

Fórum Bizfeira

O Fórum Bizfeira, iniciativa de carácter empresarial, com periodicidade anual, pretende trazer ao debate os temas mais relevantes no contexto empresarial, visando reforçar a competitividade e a promoção do networking entre empresas e entre estas e as entidades públicas/privadas ligadas ao desenvolvimento económico, de forma a impulsionar a economia do território. Dada a importância e dimensão desta iniciativa, a sua divulgação e apresentação é feita presencialmente, o que implica um contacto direto com as empresas localizadas nos espaços de atividade económica do Concelho por parte dos técnicos do gabinete.

No ano de 2019, “O Futuro do Trabalho” constituiu uma temática de enorme relevo no contexto do desenvolvimento económico e social, razão pela qual mereceu destaque no debate promovido no âmbito do Fórum Bizfeira 2019, em que foram promovidas num só dia um conjunto de ações, incluindo uma conferência, biztalks, meetings, speed recruitment e networking. Esta iniciativa teve como objetivo central colocar em contacto parceiros adequados, fomentando a interação e o estabelecimento de processos colaborativos e tornando as empresas mais preparadas para os desafios da nova economia global. A conferência subordinada à mesma temática pretendeu trazer ao debate algumas reflexões, tais como o futuro do mercado de trabalho global, os novos desafios perante o desenvolvimento tecnológico, a robotização, o fenómeno da digitalização e interferência das novas relações laborais nos processos de fabrico e na prestação de serviços, bem como na volatilidade das atividades profissionais.

Neste debate, estiveram presentes diferentes empresas/entidades de referência no contexto nacional, nomeadamente a Confederação Empresarial de Portugal, Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência, Altice, Farfetch e EasyJet Portugal e ainda o autor do livro “A Carreira Profissional 4.0, Tendências e Oportunidades”. Integrado na programação do Fórum Bizfeira, as Biztalks abordaram temas relacionados com o desenvolvimento pessoal, tendo em vista inspirar e fomentar a partilha de estratégias e experiências pessoais e profissionais. Os Meetings consistiram em reuniões individuais entre os empresários e as várias entidades presentes, nomeadamente as Câmaras de Comércio da Suécia, Alemanha, Cuba, Genebra, Suíça, República Checa, entre outras, com o intuito de potenciar diferentes negócios. O Speed Recruitment reuniu, no mesmo espaço, empresas e entidades em processo de recrutamento, criando, desta forma, a possibilidade de as empresas apresentarem as suas propostas de emprego numa simbiose perfeita entre

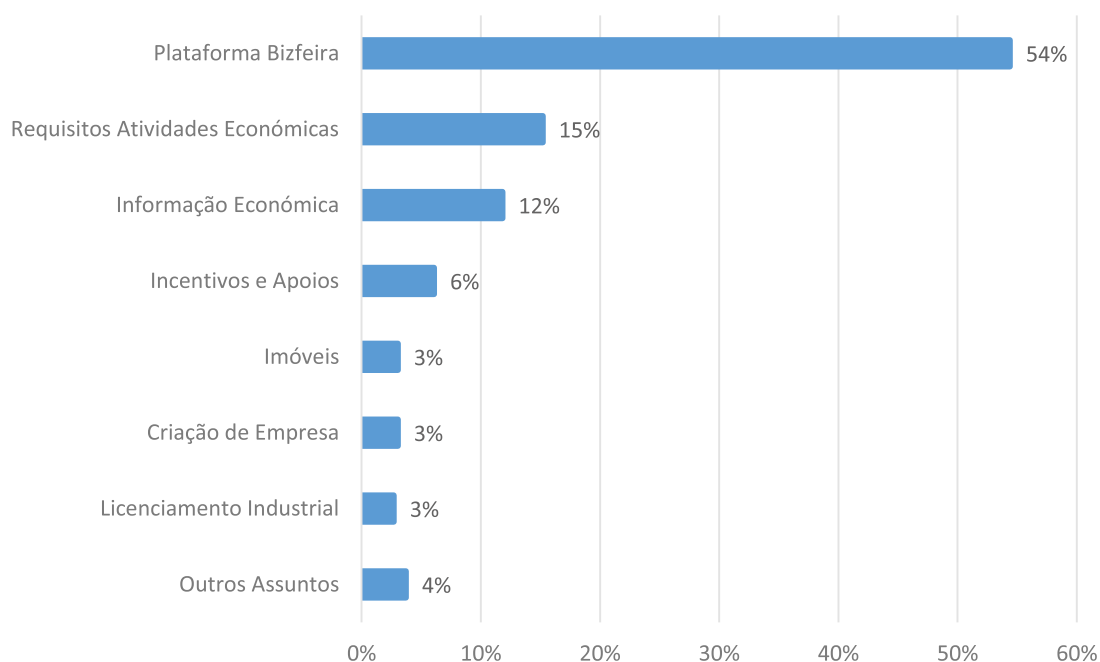
oferta e procura de emprego. Este Fórum contou com uma zona expositiva que a oportunidade às empresas de mostrar os seus produtos e serviços, assumindo-se como um momento de partilha do que de melhor se faz no território.

Em articulação com outras unidades orgânicas do Município e entidades externas, e de forma a capitalizar a presença dos participantes nesta iniciativa, foram promovidas uma série de outras iniciativas, ligadas à educação, empreendedorismo e associativismo.

Atendimentos Personalizados

Um dos serviços principais que este gabinete desenvolve prende-se com os atendimentos aos agentes económicos ou potenciais empreendedores, privilegiando a relação de proximidade com este público-alvo, prestando-lhe a informação necessária para o desenvolvimento da sua atividade económica. No ano transato, foram realizados aproximadamente 300 atendimentos sobre as mais diversas temáticas.

Tipologia de Atendimentos



Por norma, estes atendimentos têm diferentes graus de complexidade, exigindo por parte da equipa um esforço de partilha e atualização dos conhecimentos e de contactos interinstitucionais permanentes, no sentido de responder com qualidade técnica, rigor e celeridade.

As tipologias em que incidiram o maior número de atendimentos centraram-se no apoio à gestão da plataforma Bizfeira, requisitos da atividade económica e informação de teor económico. No que toca às áreas de negócio, verificou-se uma certa



heterogeneidade nas atividades económicas que recorrem ao apoio do gabinete, evidenciando-se os setores de prestação de serviços, comércio e indústria.

Elaboração de dossiês de teor económico e tratamento de informação estatística

Na ótica de corresponder às necessidades do público-alvo do GDEE, procuramos disponibilizar o máximo de conteúdos, reunindo e compilando a informação relativa aos requisitos económicos para o exercício de algumas atividades económicas, sendo que no ano de 2019 esta recolha de informação abordou os seguintes temas:

- Alojamento Local;
- Operadores de TVDE (Transporte em Veículo Descaracterizado a partir de plataforma eletrónica);
- Livro de Reclamações;
- Terapias não convencionais;
- Centros de Bronzeamento;
- Oficinas Auto;
- Artesão e Unidade Produtiva Artesanal;
- Nova obrigação das empresas RGE (Registo Central do Beneficiário Efetivo);
- Venda de Tabaco;
- Alterações ao Código do Trabalho;
- Atualização da informação generalista no âmbito do Comércio e Serviços.

Para além destes dossiês, e no sentido de dar resposta a solicitações internas e externas, o gabinete tem vindo a elaborar uma série de documentos com dados estatísticos úteis, partindo da informação recolhida e disponibilizada pelas entidades competentes nesta matéria. Pretende-se que esta seja mais uma ferramenta de apoio aos agentes económicos na tomada de decisões.

Promoção da Empregabilidade Centros de Formação/ALPE/Bizfeira

No sentido de promover uma crescente adequação da procura de recursos humanos e da oferta existente no mercado, tiveram lugar diversos encontros no sentido de reforçar a rede entre as diversas entidades intervenientes no processo de recrutamento, tais como a ALPE, IEF e Centros de Formação, de forma a tornar o processo mais ágil e eficaz.



Reforço da cooperação interinstitucional

Tendo como objetivo último responder, de forma célere, rigorosa e, sobretudo, integrada, tem vindo a ser promovido o reforço da proximidade com as diversas entidades, públicas e privadas, que intervêm nos processos acompanhados pelo gabinete, através de encontros e reuniões com os vários serviços do Município, entidades públicas regionais e nacionais, centros tecnológicos e de formação, entre outros.



Gabinete de Qualidade e Auditoria

Durante o ano de 2019, o Gabinete de Qualidade e Auditoria teve como propósito, através das diversas atividades em que participou, desenvolveu e acompanhou, contribuir para a melhoria contínua dos processos internos definidos no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, no sentido de se proporcionar um serviço que vá ao encontro das necessidades e expectativas dos clientes (internos e externos) e outras partes interessadas.

Das atividades do GQA, destacam-se as seguintes:

- Monitorização dos processos, análise dos resultados atingidos e desencadeamento de ações corretivas e/ou melhoria, com o apoio e participação dos Dirigentes e respetivos Gestores de processo do Sistema;
- Apoio na manutenção dos Sistemas de Gestão da Qualidade, designadamente, na área de administração e finanças e urbanismo;
- Implementação e conseqüente acompanhamento de um Sistema de Gestão da Qualidade no Pelouro da Cultura, Turismo, Museus e Bibliotecas (Museus, Turismo e Ação Cultural), por forma a garantir a respetiva integração no âmbito do Sistema do Pelouro de Administração e Finanças;
- Preparação e acompanhamento de auditorias programadas aos Sistemas de Gestão da Qualidade: três auditorias internas realizadas por entidades externas aos serviços e 2 auditorias externas concretizadas pela entidade Certificadora APCER;
- Análise e revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) assente em três fases: identificação dos riscos de corrupção e infrações conexas relativos a cada área ou unidade orgânica; definição das medidas a implementar para prevenir ocorrências; definição e identificação dos responsáveis que deverão gerir cada uma das ações e riscos constantes no plano de gestão de risco.



URBANISMO

O incentivo à implementação de novas unidades industriais no Concelho, designadamente através da dinamização das áreas de acolhimento empresarial existentes no território concelhio, bem como os procedimentos de incentivo à regularização de unidades industriais existentes, com prestação de apoio técnico a munícipes e técnicos, foi recorrente no ano de 2019.

De igual modo se manteve a importância centrada na Revitalização, Reabilitação e Recuperação Urbana. De facto, a existência dos canais de financiamento, conjugados com inequívoco potencial socioeconómico das áreas de reabilitação urbana de Santa Maria da Feira, posicionam a temática num patamar prioritário da atuação do Município.

O presente Relatório de Atividades pretende, pois, sintetizar brevemente as atividades desenvolvidas pelos serviços afetos a esta Divisão, ao longo do ano de 2019, e que concorreram para o reforço da afirmação de Santa Maria da Feira no contexto regional, nacional e mesmo internacional.

Dados relativos à gestão urbanística:

Em face dos dados registados relativos às diversas operações urbanísticas, poder-se-á sublinhar que, em 2019, foi, de novo, reforçada a tendência iniciada em anos precedentes de franca recuperação económica no concelho de Santa Maria da Feira.

Assim, foram registados pelos serviços administrativos:

1399 processos urbanísticos, destacando-se 368 pedidos relativos a habitações unifamiliares e 45 pedidos relativos a habitações coletivas. No que concerne a indústrias, o seu número ascende a 63. São ainda de destacar 93 pedidos de loteamentos, nos quais se encontram contabilizadas as alterações aos mesmos, sem desprimor pelos pedidos de licenciamentos de anexos, muros, postos de abastecimento de combustíveis, estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.

O registo e fornecimento de certidões administrativas, geográficas e urbanísticas ascendeu ao número de 890.

Foram emitidos 808 alvarás de obras de edificação, 33 alvarás de ocupação da via pública, 14 certidões de admissão, 13 alvarás de loteamento/aditamento e 617 alvarás de utilização, número este substancialmente superior ao do ano transato.

De igual modo se procedeu ao registo, classificação e digitalização de queixas, embargos e procedimentos contraordenacionais, iniciados no ano de 2019 e que ascendem a cerca de 5 centenas.

No que concerne aos requerimentos dirigidos aos serviços do Pelouro - e que foram objeto de registo - contabilizam-se 9698, tendo-se verificado um aumento significativo no que respeita ao ano de 2018 (8888).



Tarefas por tipo:

Estando confiado ao Pelouro do Desenvolvimento Económico e Urbanismo a missão de efetuar a gestão urbanística deste Município, tal facto implica, necessariamente, a produção anual de centenas de milhares de documentos, que superaram os 40.000, e a realização de inúmeras tarefas.

A este nível, destaca-se, como é habitual, o procedimento de digitalização de documentos, seguido da tarefa da sua classificação.

Elevadores ou ascensores/ monta – cargas/escadas mecânicas

Num universo de centenas de instalações desta natureza existentes no concelho de Santa Maria da Feira, procedeu-se, no ano de 2019, à realização das inspeções periódicas, intimações, reinspeções e selagens desses equipamentos.

Gabinete de atendimento Urbano - GAU:

O Pelouro, no cumprimento das funções que lhe estão adstritas e delegadas, é responsável pela realização de milhares de atendimentos a munícipes, requerentes e técnicos.

Estabelecendo uma análise comparativa com os anos anteriores, contacta-se que, em 2019, se acentuou o número de atendimentos efetuados, o que evidencia, mais uma vez, o crescimento económico.

De facto, no ano em análise, efetuaram-se 15124 atendimentos presenciais, para além dos contactos estabelecidos telefonicamente, via e-mail, bem como junto do portal do Município.

E, ainda com referência ao ano em análise, foram formulados 1613 pedidos de fotocópias simples e/ou autenticadas, em papel e digital, sendo que alguns desses pedidos integram processos de arquitetura (com elementos escritos e peças desenhadas) e fotocópias em formatos A4, A3 e A2. Para além de tais pedidos terem de ser atempadamente fornecidos, verifica-se ainda que os mesmos têm ainda de ser digitalizados e classificados.

Cientes da importância de identificar no “front office” os fatores que determinam a perceção da qualidade e a satisfação dos munícipes, manteve-se o reforço dos recursos humanos afetos ao atendimento, pelo que o procedimento excecional de encerramento das senhas foi pontual e esporádico.

Neste particular, importa salientar os resultados obtidos nos inquéritos de satisfação à avaliação global dos serviços – sistema HappyOrNot - com um feedback positivo que se centra maioritariamente nos 100%

Divisão de Gestão Urbanística - DGU:

No ano de 2019, a atividade da Divisão de Gestão Urbanística relacionada com os procedimentos urbanísticos produziu o seguinte:



1) 2977 Pareceres e Informações de Edificação nos procedimentos de aprovação dos projetos de arquitetura e comunicações prévias, dos licenciamentos e projetos de especialidade, autorizações de utilização, das certidões de propriedades horizontais, de informação prévia, certidões de edificação e outras, nomeadamente informações internas;

2) 977 Pareceres e informações nos procedimentos de alteração de alvará de loteamento, de licença de operações de loteamentos, de certidões de destaque de parcela, de certidões de compropriedade, de certidões de prédio antigo, de certidões urbanísticas, de informação prévia, remodelações de terrenos, autos de receção e outras informações internas;

3) 6289 Notificações na pré-análise técnica, na verificação documental dos processos relativos aos procedimentos de aprovação dos projetos de loteamento, nos projetos de alteração ao alvará de loteamento, dos projetos de arquitetura, dos licenciamentos e projetos de especialidade, autorizações de utilização, das certidões de propriedades horizontais, de informação prévia, certidões de edificação e outras informações internas;

4) 6978 Informações de fiscalização das obras de urbanização/edificação, bem como autos de notícia/fiscalização e autos de embargo;

5) 1009 Cálculos de taxas de urbanização/compensação e administrativas;

6) Dois dias por semana de atendimento técnico de edificação e urbanismo aos munícipes e/ou técnicos;

7) 480 Autos de vistoria, informação/parecer da vistoria, informação de medição e orçamento, convocatórias de vistorias técnicas; acresce ainda a colaboração/participação em diversos eventos culturais promovidos pelo Município, nomeadamente na Viagem Medieval, Imaginarius, Perlim, Natal no Mercado, entre outros, e ainda em diversas Festas/Romarias do Concelho (acompanhamento técnico, elaboração de planos, vistorias, ações de sensibilização sobre condições técnicas e higio-sanitárias);

8) 700 Pedidos de parecer e notificações, relativamente a consulta a entidades externas ao Município, relativamente aos procedimentos urbanísticos;

9) 206 Compilações dos projetos de arquitetura licenciados ou sujeitos a comunicação prévia, bem como de certificações de propriedade horizontal;

10) 1941 Medições das áreas de construção, implantação, número de fogos, número de estacionamento e outros, relativamente aos projetos de arquitetura;

Divisão de Cartografia e Informação Geográfica - DCIG:

A Divisão de Cartografia e Informação Geográfica tem como principais responsabilidades a elaboração de levantamentos topográficos, cadastrais, propostas/estudos de alinhamentos de ruas, informações topográficas no nortear, piquetagem, autos de implantação, levantamentos para a atualização cartográfica Nortear, fiscalização topográfica, etc., para os diversos setores/serviços municipais.



Dos trabalhos realizados no período, pela sua dimensão, pormenor e relevância para o desenvolvimento do Concelho, destacam-se os seguintes: Ciclovia do Vale do Cáster, Ciclovia Espargo-Paços e Ciclovia Lourosa-Lamas, Cadastro na Av. Belchior Cardoso da Costa, Alinhamentos Rua do Eleito Local – Gião, Cais Fluvial no Porto Carvoeiro...

Freguesias	Levantamentos Topográficos	Propostas de Alinhamentos Protocolos	Informações Topográficas Nortear	Fiscalização/ Monitorização de Alinhamentos	Autos de implantação
Argoncilhe	7	6	5	0	38
Arrifana	3	1	1	0	18
Caldas de S. Jorge	3	3	0	0	15
Canedo	6	3	2	0	45
Escapães	7	5	2	2	18
Espargo	3	2	1	1	22
Fiães	15	9	2	1	27
Fornos	15	12	2	0	13
Gião	3	1	0	2	16
Guisande	3	3	0	0	6
Lobão	5	1	2	1	33
Louredo	0	0	0	0	6
Lourosa	13	4	4	0	33
Milheirós de Poiares	14	11	1	0	11
Mosteirô	2	0	2	0	22
Mozelos	7	6	0	1	21
Nogueira da Regedoura	6	5	1	2	21
Paços de Brandão	3	1	0	0	19
Pigeiros	1	1	0	0	9
Rio Meão	3	2	1	2	18
Romariz	7	4	2	1	22
S. João de Ver	19	14	4	0	59
Sta. M. ^a Feira	20	6	1	2	69
Sta. M. ^a Lamas	5	1	0	1	14
S. Paio Oleiros	9	8	1	2	15
Sanfins	1	1	1	0	5
Sanguedo	7	4	0	1	11
S. Miguel Souto	8	8	3	2	33
Travanca	8	5	0	1	26
Vale	2	0	0	0	13
Vila Maior	0	0	0	0	7
Totais	205	127	38	22	685



Gabinete de Informação Geográfica - GIG:

1 – Portal de informação Geográfica, Mirante

Implementação de melhorias nos fluxos de trabalho do Mirante de forma a otimizar a introdução de informação georreferenciada em várias áreas temáticas, nomeadamente na gestão da rede viária e da toponímia. No que diz respeito a novos temas disponibilizados na plataforma, foram adicionadas as coberturas aerofotogramétricas de 2018, cedidas pela DGT no âmbito de protocolo assinado entre as partes.

2 – Atualização da informação geográfica/território no portal www.cm-feira.pt.

Reformulação de toda a informação da área temática correspondente ao território no portal do Município, disponível em www.cm-feira.pt. Criação de novos temas e mapas, diversificando a informação disponível ao munícipe, em várias vertentes.

3 – Procedimento de aquisição de cartografia topográfica vetorial para apoio ao PDM

Execução do caderno de encargos e acompanhamento do procedimento de aquisição de serviços de produção de cartografia topográfica composta por informação vetorial dos temas altimetria, hidrografia, transportes e toponímia de acordo com o nível de detalhe 2, como definidos nas novas especificações técnicas para produção de cartografia vetorial publicada pela DGT, homologada, à escala 1/10.000.

4 – Regulamentação das normas municipais de toponímia e números de polícia

Participação na execução das novas normas/regulamento municipais de toponímia e números de polícia, no âmbito dos trabalhos executados pela Comissão de Toponímia.

5 - Atividades contínuas

- Georreferenciação dos processos urbanísticos, queixas, contraordenações, embargos e outros;
- Cadastro de proprietários dos processos atrás referidos;
- Disponibilização de plantas dos loteamentos para fornecimento no GAU;
- Pareceres sobre a viabilidade dos destaques de parcela;
- Atribuição de números de porta a todas as novas construções;



- Elaboração de certidões de toponímia e números de porta e de certidões de correspondência de morada;
- Informações técnicas para instalação de farmácias e outras informações técnicas diversas com carácter geográfico;
- Inserção dos levantamentos topográficos realizados pela Topografia e respetiva atualização cartográfica;
- Inserção dos estudos de alinhamentos realizados pela Topografia em base de dados SIG;
- Gestão da toponímia municipal (nomes de ruas e números de polícia);
- Realização de toda a informação administrativa da comissão de toponímia (atas, ofícios para entidades, etc.);
- Interligação com os CTT para atribuição de códigos postais;
- Inserção do cadastro florestal municipal;
- Inserção de terrenos e edifícios património camarário;
- Inserção de compromissos e transações sobre terrenos, assumidos pela Câmara Municipal;
- Apoio às Taxas de Saneamento, na confirmação de moradas e serviços disponibilizados ao munícipe (água e/ou saneamento);
- Atualização sistemática de infraestruturas: água, saneamento, gás, elétrica, gasoduto, ferroviária, telefónica e viária;
- Manutenção e gestão das bases de dados do MIRANTE (SQL Server e Oracle) e respetiva gestão de permissões e utilizadores;
- Formação e apoio a todos os utilizadores da plataforma MIRANTE.

pelouro
administração e finanças



Administração e Finanças

A atuação em 2019 do Pelouro de Administração e Finanças focou-se em três eixos:

- Melhoria contínua dos serviços prestados;
- Consolidação da situação económico-financeira do Município;
- Concentração na captação de fundos comunitários e nacionais disponíveis para a concretização de projetos essenciais ao desenvolvimento do Município.

Melhoria contínua dos serviços prestados

Numa política de continuidade e tendo por base uma decisão estratégica de melhorar a resposta às necessidades e expectativas dos nossos munícipes, o ano de 2019 consolidou o processo de certificação de qualidade, nos termos dos requisitos da norma ISO 9001:2015, aos serviços que constituem o Pelouro de Administração e Finanças. Este processo de certificação, iniciado em 2017, assegurou a gestão sistemática dos processos e das suas interações, garantindo que cada processo funciona adequada e eficientemente por forma a potenciar a satisfação do cliente. No decurso de 2019, decorreram duas auditorias, uma interna e outra externa, esta realizada pela APCER, da qual resultou a renovação da Certificação ISO 9001.

Consolidação da situação económico-financeira do Município

No ano de 2019, o Município de Santa Maria da Feira reforçou o seu processo de consolidação das finanças públicas, garantindo uma estrutura financeira equilibrada e o cumprimento dos objetivos municipais delineados, sem colocar a entidade em risco financeiro, seja numa perspetiva de curto ou de longo prazo. Importa evidenciar as diligências efetuadas pelos serviços municipais na cobrança de dívidas existentes, facto este que denota a preocupação existente no controlo da despesa municipal, bem como na receita cobrada.

Ainda em 2019, e para assegurar a transição do POCAL para o SNC – AP, foram executados diversos procedimentos, designadamente a conversão do plano de contas existente para o novo referencial contabilístico. Paralelamente, foram revistos e atualizados os processos para a implementação da contabilidade de gestão, em conformidade com o novo normativo, tendo para o efeito alterado alguns procedimentos para afetação dos custos às atividades e às infraestruturas municipais e apuramento destes custos por funções.



Concentração na captação de fundos comunitários e nacionais

O apoio da União Europeia tem sido preponderante no desenvolvimento estrutural de Portugal e em vários domínios o País evoluiu qualitativamente. De facto, os fundos comunitários são essenciais enquanto oportunidade única para maximizar o investimento autárquico, realizando projetos e obras direcionados para a satisfação das necessidades básicas das populações e para o desenvolvimento do seu território que, de outra forma, não são passíveis de concretização.

Assim, o Município de Santa Maria da Feira tem tido uma atitude atenta e empenhada, aproveitando os meios financeiros à sua disposição.

No ano de 2019, deu-se continuidade aos investimentos previstos no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da AMP - PDCT e no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) de Santa Maria da Feira.

Assim e em termos de candidaturas:

- 5 inscritas em PDCT, nomeadamente:
 - Autarquia Digital com um investimento elegível estimado de 463.525,28€ e uma participação FEDER de 393.996,49 €;
 - Requalificação da Escola Básica e Secundária Coelho e Castro, Fiães, Sta. M^a da Feira, com um investimento elegível estimado de 2.800.000,00 €, e uma participação FEDER de 2.380.000,00 €;
 - Construção da Escola Básica de Fornos, com um investimento elegível estimado de 200.000,00 €, e uma participação FEDER de 170.000,00 €;
 - EDUFEIRA - Inovamos para o Sucesso, com um investimento elegível estimado de 887.836,71€ e uma participação FSE de 754.661,20€;
 - EEIP Fase II e III - Eficiência Energética na Iluminação Pública, com um investimento elegível estimado de 1.098.286,14 € e uma participação FEDER de 1.043.371,83 €, na modalidade reembolsável na totalidade.
- 3 inscritas em PEDU, nomeadamente:
 - Reabilitação da Quinta do Castelo - 2.^a parte, com um investimento elegível estimado de 876.285,65 € e uma participação FEDER de 744.819,85 €;
 - Reabilitação de Empreendimentos de Habitação Social, com um investimento elegível estimado de 2.049.882,35€ e uma participação FEDER de 1.742.400,00€;



- Reabilitação do Edificado do Centro Histórico de S.M. Feira - Arquivo Municipal, com um investimento elegível estimado de 3.318.100,50€ e uma comparticipação FEDER de 2.820.385,43€.
- 4 inscritas em PEDU e submetidas aos avisos referentes à Mitigação, nomeadamente:
 - Redefinição da hierarquia viária no Centro da Cidade de Fiães I / II / III Fase, com um investimento elegível estimado de 321.951,37 € e uma comparticipação FEDER de 273.658,66€;
 - Redefinição da hierarquia viária no Centro da Cidade de Fiães - Fase 4, com um investimento elegível estimado de 238.475,13€ e uma comparticipação FEDER de 202.703,86€;
 - Reabilitação da Quinta do Castelo - 1.ª parte, com um investimento elegível estimado de 1.080.438,73 € e uma comparticipação FEDER de 918.372,92 €;
 - Reabilitação dos Empreendimentos de Habitação Social de Milheirós de Poiares e Paços de Brandão, com um investimento elegível estimado de 330.295,74 € e uma comparticipação FEDER de 280.751,37 €.

Paralelamente, e no que se refere a outras matérias não incluídas no PDCT e no PEDU, o Município de Santa Maria da Feira mantém-se atento a todas as possibilidades de financiamento, tendo já submetido diversas candidaturas no âmbito do Portugal 2020, entretanto aprovadas, nomeadamente:

- As Encostas Metropolitanas do Douro, no âmbito do Programa Operacional Regional do NORTE, em parceria com os Municípios de Vila Nova de Gaia e Gondomar, com um investimento elegível estimado de 284.400,00 €, em que 4% corresponderá ao Município de Santa Maria da Feira;
- M.I.D.A.S. - Mudança para a inclusão e desenvolvimento artístico-social no âmbito do Programa Operacional Regional do NORTE, parceria com a Cooperativa Casa dos Choupos e a IPSS CASTIIS, com um investimento elegível estimado de 280.203,80 € e comparticipação FSE de 238.173,23 €;
- Valorização dos caminhos de Fátima, no âmbito do Programa Operacional Regional do NORTE, em parceria com a Associação dos Caminhos de Fátima, o Município de V.N. de Gaia, Município de S.J. da Madeira e Município de O. de Azeméis, com um investimento elegível estimado para Santa Maria da Feira de 149.544,64 € e uma comparticipação FEDER de 127.112,94 €.



Fora do Portugal 2020, o Município viu aprovadas e em execução as seguintes operações:

- Substituição de Luminárias nos Pavilhões Desportivos de Arrifana, Gião e Lourosa, submetida ao Fundo de Eficiência Energética, com um investimento elegível de 73.332,42 € e uma comparticipação de 58 665,94 €;
- Acessibilidades para a Rede Municipal de Museus – SMF, submetida ao Turismo de Portugal, com um investimento elegível de 79.088,442€ e uma comparticipação de 71.179,58€;
- Campanha de Apoio à Esterilização de Cães e Gatos de Companhia, submetida à DGAV, com uma comparticipação máxima de 15.000€;
- Museu Convento dos Lóios - Mapa Interativo do Concelho, submetida ao programa ProMuseus 20109, da DGPCultural, com um investimento elegível de 15.959,25 € e uma comparticipação de 9.575,55 €;
- Museu do Papel - Roteiro Interactivo da História do Papel, submetida ao programa ProMuseus 20109, da DGPCultural, com um investimento elegível de 15.959,25 € e uma comparticipação de 9.575,55 €;
- Destruição de Ninhos de Vespa Velutina – SMF – 2019, submetida ao ICNF, no âmbito do programa Fundo Florestal Permanente, com uma comparticipação máxima de 10.000€;
- Mobilidade Elétrica na Administração Pública – 3.ª fase - ACES, submetida ao Fundo Ambiental, com uma comparticipação de 26.076,24€.

A 31 de Dezembro de 2019, encontram-se ainda submetidas e a aguardar aprovação as seguintes operações:

- Formação AL – AMP, submetida ao NORTE2020, com um investimento elegível de 124.775,91€ e uma comparticipação FEDER de 106.059,52 €;
- PEPAL 2019, submetida ao NORTE2020, com um investimento elegível de 250.495,80 € e uma comparticipação FSE de 212.921,43 €;
- EEIP Fase IV - Eficiência Energética na Iluminação Pública, com um investimento elegível estimado de 280.197,27 € e uma comparticipação FEDER de 266.187,41 €, na modalidade reembolsável na totalidade – candidatura esta inscrita em PDCT.
- 3 inscritas em PEDU:
 - Reabilitação do Porto Carvoeiro, com um investimento elegível estimado de 2.022.571,00€ e uma comparticipação FEDER de 1.719.185,35€; esta operação inclui um protocolo com a APDL, que comparticipará em 285.858,15 €;



- Rede de Ciclovias e Circuitos de Modos Suaves da Cidade de S.M.Feira, com um investimento elegível estimado de 1.423.070,71 € e uma comparticipação FEDER de 1.209.610,10€;
- Requalificação Urbana do Largo da Igreja de Lourosa e sua Envolvente, com um investimento elegível estimado de 533.119,33 € e uma comparticipação FEDER de 453.151,43€.

De referir ainda a participação do Município de Santa Maria da Feira em diversos projetos financiados pelo Eixo Atlântico, do qual fazemos parte, nomeadamente na área do ambiente, cultura e turismo.

Por fim, destacamos os projetos financiados diretamente pela UE e que pressupõem parcerias de carácter Europeu, dos quais destacamos:

- Nô Cirbe nô Povo - Capacitação da Administração Local para o Desenvolvimento Económico e Social, submetida à Delegação da União Europeia na Guiné-Bissau, em parceria com a Fundação Fé e Cooperação – FEC e o Governo da Região de GABU, com um investimento elegível para Santa Maria da Feira de 28.569,16 € e uma comparticipação de 11.755,00 €;
- Active Citizens – 1.^a fase, submetida ao programa URBACT, em parceria com as cidades de Agen (França), Hradec Králové (Rep. Checa); Tartu (Estónia); Bistrita (Roménia); Saint-Quentin (França); Cento (Itália); Dislaken (Alemanha), com um investimento elegível para Santa Maria da Feira de 11.650,00 € e uma comparticipação de 9.902,50 €;
- WiFi4EU, submetida à Agência de Execução para a Inovação e as Redes (INEA), com uma comparticipação aprovada de 15.000,00€.

De seguida enunciamos, de forma sintetizada, o trabalho desenvolvido nos diversos serviços.

Sistemas de Informação

A atividade da DSI no ano de 2019 dividiu-se fundamentalmente entre a consolidação dos projetos de expansão de infraestruturas e o desenvolvimento aplicacional.

A implementação de novos projetos de hardware teve menor dimensão do que nos anos anteriores, tendo, no entanto, havido a continuação da remodelação do parque de estações de trabalho, mantendo a política seguida nos últimos quatro anos.



Destaca-se a implementação do circuito de interligação entre o Europarque e os Paços do Concelho, que irá permitir a redundância de controlo na infraestrutura de disponibilização de rede wireless e irá abrir novas possibilidades na partilha de serviços informáticos entre a EM FeiraViva e os serviços municipais.

O apoio aos eventos na zona histórica manteve-se e foi alargado, com o destaque natural à Viagem Medieval, pela dimensão que acarreta. A cobertura em termos de comunicações estende-se agora à totalidade do espaço do evento com acessos de internet.

Foi concluído o processo de desenvolvimento do portal cm-feira.pt. Tratou-se de um processo que transitou do ano anterior e envolveu a globalidade dos serviços municipais, com especial destaque para a relação com as aplicações dos serviços do urbanismo e com as aplicações Medidata. O novo portal encontra-se em funcionamento estável, sendo a manutenção de conteúdos garantida pelo Gabinete de Comunicação e Relações Públicas e estando o apoio técnico entregue à DSI.

A área do desenvolvimento aplicacional foi a mais importante do ano, com o início do processo de criação de uma nova aplicação para a gestão do serviço do urbanismo. Trata-se de uma ferramenta de vital importância para o funcionamento destes serviços. A aplicação a criar pretende complementar/substituir as funções atualmente desempenhadas pelo Nortear, mas prevendo a possibilidade de permitir um alargamento de âmbito que a torne passível de expansão aos restantes serviços municipais.

Por fim, dar nota do trabalho desenvolvido no apoio à implementação das alterações à macroestrutura da instituição. Este tipo de processos tem, normalmente, impactos vários no funcionamento dos serviços, já que obriga à revisão de espaços físicos e movimentação de equipamentos e recursos humanos. Foi o que se verificou, com processos de requalificação de vários espaços físicos e conseqüente alteração das infraestruturas de rede, bem como um grande número de deslocalização de postos de trabalho. Estas alterações receberam a atenção devida e o processo terminou sem disrupções e com um impacto reduzido no funcionamento dos serviços.

Gestão Financeira e Patrimonial

Ao longo do ano de 2019, a Divisão financeira e de gestão patrimonial tem orientado os seus esforços para algumas áreas que necessitam de mais intervenção, nomeadamente:



1. Reconciliação do custo das existências em stock entre o Aprovisionamento e o POCAL

Continuidade no processo de reconciliação das existências entre o aprovisionamento e a contabilidade. Este procedimento permite aferir se os movimentos realizados nos stocks estão a ser devidamente imputados na contabilidade.

1. Consolidação do sistema de gestão documental (Sigmaflow)

No ano de 2019, procedeu-se à eliminação do circuito em papel de todo o processo de despesa, desde a sua origem (requisições internas) até ao seu pagamento. Este facto permite desde logo a emissão das informações de cabimento de uma forma eficiente, segura e económica, reduzindo o tempo de resposta, extravio dos documentos, otimização dos recursos, para além de uma redução notória de consumo de papel e de recursos humanos. A transformação deste processo em formato digital permitiu uma redução no arquivo físico (em papel), o envio em suporte digital das faturas para os diversos serviços com impacto direto no eventual extravio das mesmas, a identificação da situação no circuito e a responsabilização na tramitação processual.

Dando continuidade ao cumprimento do imperativo legal, instituído pelo POCAL, no que concerne à Contabilidade de Custos, o ano 2019 caracterizou-se pela introdução de novos processos, novos procedimentos, novas metodologias de trabalho a aplicar e a adotar pelos vários serviços municipais. Este tem sido um processo exigente e de complexa implementação pois requer ajustamentos por parte dos serviços à aplicação dos requisitos exigidos.

Durante o ano de 2019, foram encetados todos os esforços para a implementação da ferramenta de gestão de Máquinas, para que esta produzisse informação coerente e correta para dar uma resposta eficiente às exigências da Contabilidade de Custos. Este processo requer uma participação crítica e ativa de todos os serviços, de forma contínua e sistemática. Neste âmbito, foi possível, em 2019, apurar custos efetivos de alguns setores e atividades do Município. Procedeu-se a análises periódicas da informação vertida na aplicação de OBM, oriunda de vários setores de forma a validar a qualidade de informação constante dos mesmos.



Ainda no decurso de 2019, foram adotados novos procedimentos que permitem um registo completo de todas as obras financiadas, com o respetivo registo dos procedimentos inerentes ao processo, nomeadamente, a homologação do projeto, o compromisso, faturas e pagamentos.

Uma das áreas sensíveis diz respeito à inventariação dos bens móveis e a sua atualização imediata, de forma a darmos uma imagem apropriada da situação patrimonial existente. Durante o ano de 2019, intensificou-se este processo através de verificações “in loco” nos diversos serviços municipais.

Também no que diz respeito ao registo do património imóvel municipal, os serviços têm desenvolvido esforços no sentido de atualização e correção de informação, já que as discrepâncias cadastrais são um desafio não só municipal, mas também nacional, assim como a regularização de processos antigos e acompanhamento administrativo de todas as novas aquisições ou contratos promessa compra e venda que decorreram no decurso deste ano.

Contratação Pública e Gestão de Frota

Ao abordarmos a racionalização da despesa pública, é inevitável não ser considerada a relevância do impacto financeiro dos processos de contratação pública, na gestão das Instituições públicas.

A Divisão de Contratação Pública tem como dever principal a realização de todos os procedimentos pré-contratuais de aquisição do Município, sejam os procedimentos de concurso para aquisição ou locação de bens, serviços ou de empreitadas, ou os procedimentos de contratação por ajuste direto regime simplificado, concretizando as diretivas impostas pelos dirigentes políticos do Município de Santa Maria da Feira, de forma a suprir todas as necessidades dos serviços municipais nas referidas áreas.

A Divisão de Contratação Pública integra ainda a gestão dos Armazéns Municipais, que são geridos em coordenação direta e intrínseca com os serviços de Contratação Pública do Município.

Na parte final do ano de 2018, foi efetuada uma alteração à macroestrutura dos serviços do Município, nomeadamente à estrutura da Divisão de Contratação Pública, tendo sido apensada à estrutura da Divisão o Gabinete de Gestão de Frota e Equipamentos, passando a divisão a ser responsável pela gestão do referido gabinete.



Em 2019, foram incrementados os trabalhos de consolidação, nos serviços internos da Divisão de Contratação Pública e gestão de frota, da nona revisão ao Código dos Contratos Públicos que efetivamente entrou em vigor em 1 de janeiro de 2018, através do D/L n.º 111-B/2017 de 31 de agosto.

Neste contexto, continuaram a ser efetuados aperfeiçoamentos às peças e documentos, associados aos procedimentos formais de aquisição por consulta e concurso, com especial destaque para a alteração na fórmula geral de avaliação entre o subfactor mais baixo preço e mais valia técnica das propostas, no caso das empreitadas, e ainda no melhoramento do critério de desempate, tendo como orientação as sugestões do tribunal de contas.

É de realçar também que foi ainda finalizado o procedimento de transferência da fase de adjudicação da DCPGF para a DAG, com a consequente alteração do procedimento interno para o efeito, quer em termos de processo, quer em termos de software.

Por fim, foi estudado e estruturado, quer em termos de processo, quer em termos de alteração de peças, a integração nos procedimentos concursais do novo documento de habilitação “Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)”, exigível nos termos dos art.º 36.º e 37.º da Lei 89/2017 de 21 de agosto.

As atividades associadas à gestão e organização da Divisão de Contratação Pública mantiveram, em 2019, como diretivas principais, o manter do nível de eficiência e eficácia alcançado nos anos anteriores, designadamente na tramitação dos processos de contratação.

Continuaremos a adotar como prática a abordagem a múltiplas empresas, com o objetivo de aumento da base de dados de entidades fornecedoras e parceiras do Município, de forma a potenciar o acesso a melhores condições comerciais, de qualidade e preço, nas múltiplas aquisições realizadas para suprir as necessidades do Município de Santa Maria da Feira.

As atividades principais, associadas aos procedimentos de gestão dos armazéns municipais, em 2019, foram a continuidade da monitorização e correção das medidas implementadas nos anos anteriores, baseadas na gestão de existências, pelo método “just in time”, que consiste num sistema cuja utilização é exigível em qualquer organização, e que é caracterizado pela manutenção de níveis mínimos de existências, em armazém, sendo a reposição de existências efetuada no limite da necessidade.



O método utilizado veio permitir uma diminuição do custo de armazenamento das existências, ainda superior ao obtido em 2018, transferindo esse custo para as entidades fornecedoras. É ainda de salientar que este sistema é muito importante para auxiliar na redução do stock e dos custos dos processos.

Relativamente à gestão de frotas e equipamentos, foi consolidada a utilização do software de monitorização por GPS, da frota do Município, tendo evoluído a utilização do sistema de forma a ser formatada e retirada informação de gestão com vista a possibilitar uma gestão mais eficiente dos veículos da frota do Município.

O processo de implementação da norma de certificação de qualidade ISO 9001 no gabinete foi concluído, o que permitiu a integração total do gabinete no processo de qualidade do Pelouro de Administração e Finanças.

Foi elaborado e submetido a autorização superior o “Regulamento de utilização de viaturas e máquinas municipais”. O regulamento tem como objetivo a promoção de uma política de maior controlo e rigor, de transparência e de esclarecimento de todos, no uso adequado das viaturas e máquinas, criando-se regras internas relativas à utilização das mesmas.

O regulamento foi aprovado entrando em vigor em 2 de julho de 2019.

O gabinete iniciou o processo de renovação de parte da frota de veículos municipais que se encontravam em fim de vida.

Administração Geral

No período a que este relatório se refere, deu-se continuidade à desmaterialização dos documentos/processos e aperfeiçoamento dos circuitos da correspondência distribuída pelos Pelouros da Câmara.

De realçar que, no ano em questão, foram registados e digitalizados na DAG, na aplicação Sigma.Doc, 17.249 documentos, dos quais 2.432 foram tramitados nesta divisão, representando 12% do total da correspondência recebida no Município, e arquivados um total de 34.832 documentos, num universo de 560 classificações, e expedidos, registados e digitalizados 55.560 documentos.



No ano de 2019, a atividade do setor das Taxas e Licenças relacionada com os procedimentos necessários ao licenciamento, e responsável pela emissão de todas as licenças não urbanísticas, produziu 4.204 documentos/pareceres/licenças.

Por analogia com os dados do ano anterior de 2018, é de realçar o aumento significativo, para os itens Publicidade, Cartão de Residente e Metrologia, sendo que o cemitério decresceu em comparação com o mesmo ano, mas por causas externas e naturais.

O processo de atualização das aplicações Medidata “Sigma.flow” e “Sigma.doc” é contínuo, dada a dinâmica dos serviços e vontade em otimizar os serviços, nomeadamente nos processos administrativos das licenças, autorizações e outros, produzidos no Setor de Taxas e Licenças.

Decorrente da implementação do RGPD no Município, procedeu-se à revisão dos formulários disponibilizados presencialmente e no site do Município.

Na Metrologia, constatou-se um aumento do número de serviços, fruto do incremento da procura. Neste serviço, a aquisição do software GEFISEME no final do ano, e na qual estamos a dar os primeiros passos, permitirá obter uma Base de dados de "clientes" e de equipamentos, datas de intervenção, locais onde se encontram os equipamentos, resultados dos ensaios, e assim manter o registo de todos os clientes nos quais ou para os quais se realizam serviços de Metrologia; com registo de intervenções e do histórico das verificações.

No Atendimento Geral, foi implementado mais um serviço, o Posto de Venda Andante, desde o dia 3 de junho, sendo que esta valência permite maior proximidade aos Municípes e, conseqüentemente, garantir e prestar melhores serviços ao cidadão.

Recursos Humanos

A Divisão de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional, doravante DRHDO, tem por missão desenvolver e gerir uma política de recursos humanos orientada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores, envolvimento e corresponsabilização, promovendo a partilha de conhecimentos e desenvolvimento de competências sociais, profissionais e organizacionais, visando a adequação do capital humano às necessidades do Município. Com este intuito, em 2019, e numa perspetiva de



melhoria contínua e de respeito pelos preceitos legais em vigor, desenvolvemos as seguintes ações/projetos:

Gestão de Competências

Em 2019, procedeu-se à avaliação do desempenho do biénio de 2017/2018, no âmbito do SIADAP3. Concretizando, do total de 759 colaboradores pertencentes ao mapa de pessoal do Município de Santa Maria da Feira, 724 reuniam as condições legais para poderem ser avaliados. Do total de colaboradores avaliados (724), 87 usufruíram da alteração de posicionamento salarial obrigatório.

Com o intuito de colmatar as necessidades de os serviços promoverem o aumento dos níveis motivacionais dos colaboradores, em 2019 promovemos 29 processos de mobilidade intercarreiras, dos quais 12 consolidaram em 2019 e os restantes 17 poderão vir a consolidar em 2020.

Em matéria de formação profissional, destacamos a continuidade do projeto Emoções positivas, iniciado em 2018, que em 2019 surge com a atividade Surpresa! +.

Esta atividade, que se pretendia também transversal a toda a organização, visava promover as relações entre colegas, independentemente da sua área funcional ou do seu nível hierárquico, em torno da construção de uma identidade própria, de um ADN que defina o que é ser colaborador do Município de Santa Maria da Feira, enquanto entidade empregadora.

Assim, o grande objetivo desta atividade era causar um impacto positivo nos colaboradores, gerando momentos de boa disposição, generosidade emocional e empatia, somando emoções e imagens memoráveis passíveis de transformar os dias de trabalho em algo maior, sempre com o objetivo último de garantir a melhoria da qualidade do serviço que prestamos.

De referir que este projeto acabou por envolver não só os colaboradores, que de uma forma direta nele participaram, mas também todos os outros que não podendo ou não querendo inicialmente participar, acabaram por ser contagiados por esta “onda de surpresas” verdadeiramente positivas.

Paralelamente, durante o ano de 2019 foram desenvolvidas várias ações de formação noutras áreas.

Foram mais de 115 ações de formação que se traduziram em mais de 3300 horas



Ultrapassada a fase de “impedimento” à admissão de novos colaboradores na Administração Pública, a DRHDO tem procedido à abertura de procedimentos concursais com vista à ocupação dos postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal e de acordo com as prioridades definidas superiormente, resultando em 2019 num total de 39 procedimentos concursais.

Paralelamente, em maio de 2019, com a publicação da portaria 142/2019, iniciou-se a fase de pré-candidatura do programa PEPAL- Programa de Estágios da Administração Local. Este processo deu origem a 26 estágios profissionais, que se traduziram em 21 procedimentos concursais, dos quais 5 iniciaram e terminaram em 2019, tendo os restantes 16 transitado para 2020, com a obrigatoriedade de serem concluídos até 09/02/2020.

Em termos de higiene e saúde no trabalho, demos continuidade ao trabalho desenvolvido nesta matéria, com o objetivo de promover a prevenção e controlo da sinistralidade laboral. Assim, em 2019, foram convocados 597 colaboradores para a realização de exames médicos, dos quais 542 compareceram (55 faltas). Destes 542 exames, resultaram 471 aptos, 50 aptos condicionados, 2 inaptos e 19 sem qualquer ficha de aptidão.

De referir ainda, neste âmbito, as ações de formação / sensibilização desenvolvidas, pelas quais passaram vários colaboradores, designadamente:

- Manobreadores de máquinas
- Sensibilização para os riscos da atividade e das medidas preventivas
- Acolhimento SST

Enquanto entidade promotora das medidas CEI (beneficiários de Subsídio de Desemprego) e CEI+ (beneficiários de Rendimento Social de Inserção), em articulação com Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P., procuramos contribuir para a melhoria dos níveis de empregabilidade e de promover a reinserção no mercado de trabalho de cidadãos que se encontram em situação de desemprego, melhorando as suas competências socioprofissionais através da manutenção do contacto com contextos laborais. Neste âmbito, foram realizados 18 projetos.

No âmbito dos Estágios Curriculares que permitem realizar, em contexto real, os trabalhos de diagnóstico e/ou investigação que integram os planos curriculares, possibilitando o contacto dos estudantes finalistas de cursos profissionais ou de licenciaturas com os



sectores de atividade económica, designadamente o sector público, ocorreram também 18 projetos.

Julgado de Paz de Santa Maria da Feira

Os Julgados de Paz surgem, nos dias de hoje, como uma tentativa de simplificar a tramitação processual civil e de acelerar a prolação de decisão nas ações declarativas cujo valor não exceda €15.000,00.

O seu objetivo e princípio fundamental consiste em permitir a participação cívica dos interessados e estimular a justa composição dos litígios por acordo das partes.

Trata-se, assim, de um meio alternativo e desformalizado face à Justiça tradicional, mormente os Tribunais da ordem judicial, assente numa estrutura de regulação concertada de conflitos, que procura um acolhimento social generalizado e uma adaptação à sociedade portuguesa, ainda imbuída de uma cultura de litigiosidade aguerrida e adversarial.

A instalação do Julgado de Paz de Santa Maria da Feira resulta de um protocolo, celebrado no dia 5 de janeiro de 2005, entre o Município de Santa Maria da Feira e o Ministério da Justiça, tendo entrado em funcionamento em 28 de novembro de 2006.

Segundo as estatísticas publicadas pelo Conselho dos Julgados de Paz, desde a data da sua instalação até 31 de dezembro de 2019, entraram neste Julgado de Paz um total de 3859 processos e findaram 3770 processos. Em termos percentuais, encontram-se findos cerca de 98% dos processos entrados.

Acresce ainda que, segundo a mesma estatística, do total de processos entrados desde a instalação, 808 processos findaram na fase prévia à audiência de julgamento (mediação), o que corresponde a 21% dos processos entrados.

Em termos de processos entrados, durante o exercício do ano 2019, deram entrada no Julgado de Paz de Santa Maria da Feira um total de 228 processos e 2 providências cautelares.

Os processos findos no mesmo exercício, foram 283 processos, sendo que 134 dos mesmos findaram por entendimento entre as partes, ou seja, 47% dos processos findaram por conciliação, acordo em mediação, transação e inutilidade, o que evidencia a vertente conciliatória e pacificadora dos Julgados de Paz.



No âmbito do Bastonato de Proximidade, que ocorreu no dia 10 de maio de 2019, o Município de Santa Maria da Feira recebeu a visita do Sr. Bastonário cessante da Ordem dos Advogados, Dr. Guilherme Figueiredo, tendo o Julgado de Paz estado presente na receção de boas vindas e visita ao Tribunal Judicial de 1.^a Instância de Santa Maria da Feira.

De tal evento, resultou um contacto mais estreito e visão partilhada entre os advogados, os magistrados da ordem judicial e a juíza de paz coordenadora de Santa Maria da Feira, acerca dos Julgados de Paz, o que resultou em benefícios evidentes para a boa comunicação institucional e para a melhor compreensão da realidade deste modelo de Tribunal e suas especificidades.

O Julgado de Paz tem vindo a cumprir, com elevado esforço face à escassez de recursos humanos, a sua missão de tornar a justiça mais acessível, dando aos munícipes a possibilidade de sindicar os seus direitos, a custos reduzidos e de forma célere, o que contribui para a pacificação e equilíbrio social.

CIAC – Centro de Informação Autárquico ao Consumidor

O CIAC tem como principal missão a promoção da cidadania através da educação aos consumidores, fomentando a informação dos seus direitos e deveres enquanto consumidores, com vista à prevenção de conflitos no domínio do consumo.

Neste contexto, o CIAC disponibiliza, de forma gratuita, informação, aconselhamento, acompanhamento dos munícipes em matéria de consumo e sobre-endividamento, promovendo a mediação entre o consumidor e o fornecedor/prestador de serviços. Neste âmbito, o CIAC procura ainda ativamente encontrar soluções, apoiando o consumidor sobre-endividado e famílias na renegociação de dívidas/créditos, através da elaboração de um diagnóstico da sua situação financeira, e da mediação extrajudicial junto das entidades credoras. Desta forma, procura-se evitar a via judicial e encontrar o reequilíbrio do orçamento familiar, permitindo o cumprimento das obrigações financeiras.

Continuamos a promoção da literacia financeira dos munícipes, destacando-se as iniciativas destinadas a alertar a camada mais jovem da população para os possíveis perigos associados às compras realizadas pela internet.



No que diz respeito ao Apoio ao Sobre-endividado, o CIAC assegurou a informação e aconselhamento personalizado aos consumidores em situação de sobre-endividamento, o apoio na renegociação dos encargos/créditos, e a orientação para respostas como o apoio social ou a insolvência, quando a mediação extrajudicial não se afigurou possível.

No decorrer do ano de 2019, verificou-se que se mantém uma elevada procura deste serviço pelos consumidores, nomeadamente, no sector das telecomunicações, serviços públicos essenciais (setor da eletricidade e gás, com a mudança para o mercado livre), compra e venda no geral e comércio eletrónico, destacando-se, de entre aqueles, os trabalhadores por conta de outrem.

Atentos à evolução da sociedade de consumo e desafios vindouros, continuaremos a trabalhar para uma maior equidade nas relações de consumo e para a melhoria da qualidade da vida dos consumidores, ao serviço da comunidade e do Concelho.

Iniciativas promovidas pelo CIAC ao longo de 2019:

- Comemoração do Dia Mundial dos Direitos do Consumidor – 15 março - Realizámos uma Aula Aberta sobre “O Consumidor na Era Digital – Vantagens e Desafios” no Isvouga;
- Comemoração do Dia Mundial da Poupança – 31 de outubro, publicámos um artigo no Jornal Correio da Feira, com o objetivo de contribuir para a promoção da poupança no orçamento familiar;
- O CIAC, juntamente com a DECO, realizou, na Junta da União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, uma ação com o tema “Sabes mesmo tudo sobre alimentação saudável?”, dirigido ao público sénior;
- A convite do Centro Social Padre José Coelho, integrámos no painel de oradores numa Sessão de Esclarecimento sobre Literacia Financeira, a qual foi realizada na Junta de Freguesia de Fiães;
- Realizamos Sessões de esclarecimento sobre “Literacia Financeira” em 5 Freguesias do Concelho, onde estiveram presentes mais de 100 participantes;
- Divulgação, junto da nossa Comunidade Escolar, do Projeto da Deco SiteStar;
- Notas informativas “CIAC INFORMA” divulgadas pelas redes sociais ao longo do ano;
- Disponibilização de textos informativos sobre diversas temáticas atuais, na área do consumo, nos diversos meios de comunicação social;
- Divulgação do concurso “Todos Contam” junto da Comunidade Escolar, em parceria com o Pelouro da Educação;
- Colaboração do CIAC com a DGC sobre iniciativas em matéria de CiberSegurança;
- Realização do novo Desdobrável do CIAC (direct mailing);

**obras municipais,
mobilidade, planejamento,
e ordenamento de território**

Departamento de Obras Municipais

O Departamento de Obras Municipais assegurou a coordenação da elaboração de estudos e projetos e a execução de todas as empreitadas de obras públicas, garantindo a adequada gestão e cumprimento dos contratos, com enfoque nas modificações ao contrato, trabalhos complementares, suspensão dos trabalhos e reequilíbrio financeiro do contrato, conforme explicitam individualmente a Divisão de Estudos e Projetos e a Divisão de Fiscalização de Empreitadas.

Divisão de Estudos e Projetos

A Divisão de Estudos e Projetos (DEP), devido à alteração do organograma do ano anterior, passou a ser liderada, em 2019, por um novo dirigente, que prosseguiu as diversas deliberações e atividades afetas ao serviço. Esta divisão desenvolveu diversos estudos e projetos para construções novas, reabilitações, requalificações urbanas, paisagísticas e, ainda, para infraestruturas, na prossecução dos objetivos estratégicos do Município. Além disso, também organizou processos de concurso para a contratação de empreitadas de obras públicas e deu apoio técnico na execução destas obras.

No total, esta divisão preparou concursos que ultrapassaram os 14 milhões de euros de valor base, correspondendo cerca de 85 por cento desse valor a projetos elaborados internamente. A requalificação dos espaços urbanos constituiu o maior enfoque da Divisão, tendo-se posto a concurso os seguintes processos:

- Requalificação da envolvente das Termas das Caldas de S. Jorge;



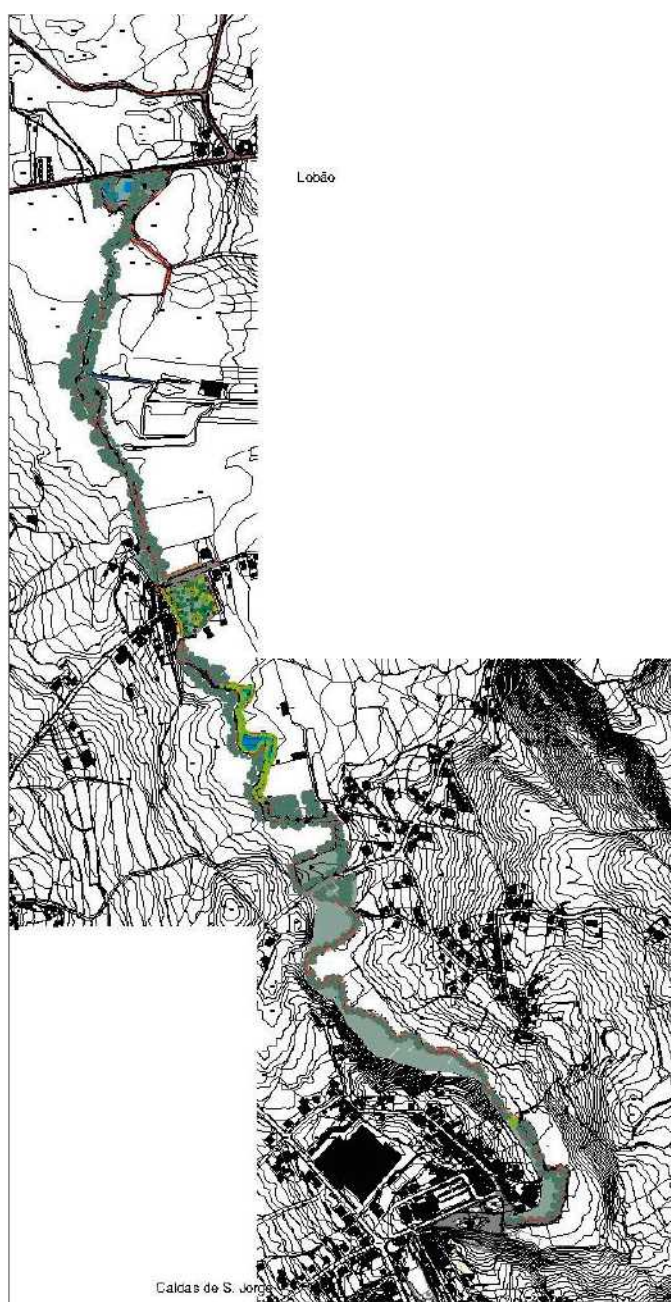
Imagem 3D da requalificação da envolvente das Termas das Caldas de S. Jorge

- Requalificação urbana de arruamento - Largo Inácio Monteiro (S. Miguel de Souto);

- Requalificação da Praceta Rosa Amorim (Santa Maria de Lamas);
- Reabilitação da Avenida do Corgo (Arrifana);
- Pavimentação da Rua Prof. Domingos Henrique Ferreira, Rua do Barreiro e Travessa da Estrada Nova (Sanguedo);
- Requalificação de arruamentos do centro de Paços de Brandão;

O investimento na valorização ambiental do território municipal e a requalificação urbana com investimento em modos de mobilidade suave tiveram os seguintes projetos lançados a concurso:

- Requalificação ambiental das margens do Rio Uíma – 3.ª Fase - troço entre a Rua do Rio Uíma (Lobão e as Termas das Caldas de S. Jorge);



Vista em planta da terceira fase da requalificação das margens do Rio Uíma



- Arranjo urbanístico da rotunda do Hospital (Santa Maria da Feira);
- Ciclovia - Av. Doutor Francisco Sá Carneiro (S. João de Ver);

Em resposta a um dos principais compromissos do Executivo – a requalificação da rede viária – a Divisão de Projetos preparou um vasto conjunto de concursos, visando a melhoria de pavimentos, em particular, lançando a concurso cerca de 50 quilómetros de vias relativos à 8.ª fase e requalificando uma série de arruamentos em todo o Concelho, listando-se no que se segue os processos lançados a concurso:

- Marcação rodoviária de pavimentos na rede viária municipal II (cerca de 75 quilómetros de vias);
- Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos – 8.ª fase, nas freguesias de Lourosa e S. J. Ver;
- Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos – 8.ª fase, nas freguesias de Caldas de S. Jorge, Escapães e Pigeiros;
- Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos – 8.ª fase, nas freguesias de Santa Maria de Lamas e Rio Meão;
- Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos – 8.ª Fase, nas freguesias de S. Paio de Oleiros e Nogueira da Regedoura;
- Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos – 8.ª Fase, nas freguesias de Souto, Mosteirô e Fornos;
- Pavimentação, betão betuminoso, de arruamentos – 8.ª fase, nas freguesias de Paços de Brandão e Mozelos.
- Instalação de guardas metálicas semi-flexíveis em vários pontos do Concelho;
- Rua de ligação entre a Rua Dr. Vaz Ferreira e a Rua das Fogaceiras (Santa Maria da Feira);
- Ampliação da rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais e execução da rede pluvial na Rua de Entre Campos (Lobão);
- Alargamento do cruzamento Rua Comendador Sá Couto/Rua Dr. Francisco Vale Guimarães (S. Paio de Oleiros);
- Requalificação da Rua de Goim (Romariz);
- Rotunda na EN 109-4 ao Km 14+550 (Fornos);

Naturalmente que, possuindo a infraestrutura necessidades de conservação e manutenção, foram também lançados concursos relativos às infraestruturas municipais:

- Construção de muro de suporte na Rua da Fonte (Travanca);
- Construção de passagem hidráulica para travessia de ferrovia, no lugar da Póvoa de Baixo (Paços de Brandão);
- Prolongamento da rede de esgotos entre a Travessa de Valbões e o cruzamento de Beire (S. João de Ver);



- Construção de redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais em vários arruamentos da cidade de Fiães;
- Rede de drenagem de águas residuais na Rua da Ribeirinha (Santa Maria de Lamas);
- Construção da rede de abastecimento de água na Rua das Ribeiras e das redes de drenagem de águas residuais na Rua das Ribeiras e Rua de S. Pedro (Lobão);
- Construção da rede de abastecimento de água e das redes de drenagem de águas residuais na Rua da Tapada Velha (Romariz);
- Reparação de mina e caixa de visita na Rua do Valado (S. Paio de Oleiros);
- Infraestruturas de alimentação de eletricidade da Quinta do Castelo (Santa Maria da Feira).

O Município possui, sob sua gestão, cerca de 200 edifícios, sendo constante a necessidade de conservação, manutenção e requalificação. Nessa perspetiva, foram lançados diversos concursos, visando a melhoria das condições térmicas, de acessibilidade e de conforto dos vários edifícios municipais. Apresenta-se a lista de projetos desenvolvidos por categoria de edifício:

Edifícios Municipais

- Construção do sistema de bombagem do efluente do papel - Museu do Papel (Paços de Brandão);
- Aquisição de elevador de escadas com plataforma - Paços do Concelho;

Edifícios da Educação

- Infraestruturas de eletricidade - ramal de uso partilhado para alimentação da EB1 de Fornos;
- Execução de fundações do edifício H da Escola Coelho e Castro (Fiães);
- Construção dos arranjos paisagísticos da Escola Básica de Fornos;
- Remodelação das instalações sanitárias da Escola Básica de Pigeiros;
- Cobertos entrada EB1 - Aldeia Nova, Casalmeão e Pousadela;

Equipamentos Desportivos

- Requalificação do polidesportivo do Parque de Nossa Senhora da Saúde (S. Paio de Oleiros);
- Manutenção de polidesportivo da Suil (S. João de Ver);
- Requalificação do polidesportivo do Engenho Velho (S. Paio de Oleiros);
- Requalificação de balneários e sala dos professores - Piscinas Municipais de Fiães;
- HMC Sports - Piscinas Municipais de Santa Maria da Feira - remodelação de gabinetes terapêuticos;
- HMC Sports - Piscinas Municipais de Santa Maria da Feira - requalificação de instalação sanitária (apoio a eventos) e requalificação de zonas de duchas;



- Reparação do posto de transformação das Piscinas da Feira;

Processos urbanísticos

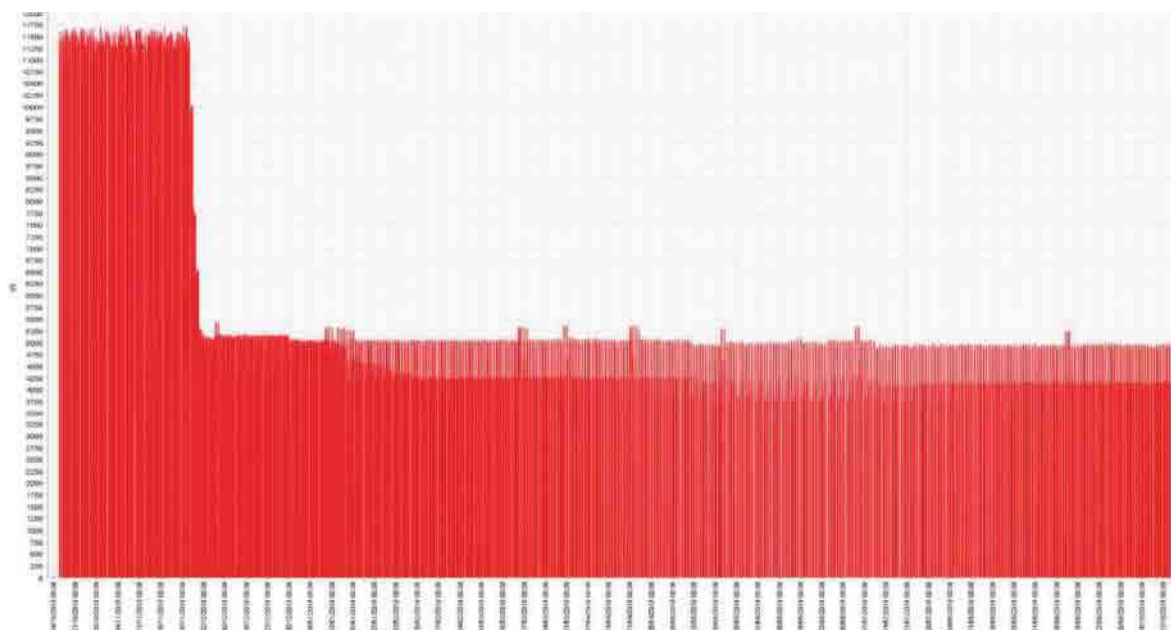
- Demolição parcial de imóvel devoluto - Proc. N°14/2016 QXA;
- Demolição de aumento de varanda;
- Demolição de aumento de varanda (processo de queixa nº 88/2015) – Canedo;

No âmbito da atividade da divisão, refira-se o apoio ao Pelouro do Urbanismo, nomeadamente na preparação de processos de demolição, e o apoio técnico a todas as empreitadas em curso.

Por fim, mas de importância decisiva para o Município, refira-se a preparação e investimento em soluções visando a eficiência energética, preocupação que se refletiu em todos os projetos de edifícios, nomeadamente procurando soluções que garantam um melhor desempenho energético, mas, sobretudo, no esforço colocado no acompanhamento da empreitada de substituição da iluminação pública por luminárias mais eficientes. Por outro lado, foi dado início à preparação de um procedimento visando a substituição integral de todas as luminárias de iluminação pública de mercúrio e vapor de sódio.

- Preparação de concurso EEIP - Fase 4 - Eficiência Energética na Iluminação Pública (cerca de 28.000 luminárias);
- Acompanhamento da Fase 3 do concurso de Eficiência Energética da Iluminação Pública (cerca de 7.000 substituídas);
- Substituição da iluminação dos pavilhões municipais.

No final do processo, esta mudança permitirá a poupança de cerca de 1,5 milhões de euros anuais na fatura energética do Município, com os benefícios ambientais daí decorrentes.



Consumos em kWh, em intervalos de 15 minutos, de um Posto de transformação com substituição de luminárias, entre 15-10-2018 e 15-10-2019



Divisão de Fiscalização de Empreitadas

A Divisão de Fiscalização de Empreitadas (DFE) prosseguiu, durante o ano de 2019, com as atividades afetas ao serviço, materializadas no acompanhamento/fiscalização de empreitadas de obras públicas, no âmbito dos procedimentos ao abrigo do Código de Contratação Pública e legislação conexa, desde a assinatura do contrato até à entrega em definitivo dessas empreitadas ao Município. Em 2019, assumiu, ainda e em pleno, a coordenação de segurança em obra dessas mesmas empreitadas, assegurando que as entidades executantes cumprem com os requisitos da legislação em vigor em matéria de segurança e saúde no trabalho.

A DFE assegura, também, a assessoria técnica ao júri na análise de propostas dos vários tipos de procedimentos para contratação de serviços e empreitadas, procedendo à análise e ordenação das propostas conforme critérios definidos no procedimento. Quando necessário, efetua a análise das reclamações dos concorrentes e procede à emissão do respetivo parecer.

De seguida, apresenta-se lista de empreitadas que, em 2019, foram rececionadas provisória ou definitivamente, assim como as que no final do ano continuavam em execução ou em fase de vistorias para efeitos de receção provisória.

Obras finalizadas com auto de receção definitiva

- Pavimentação da Rua de S. José (Santa Maria da Feira), Rua das Associações, Volfrâmio e Travessa da Aldeia (Escapães);
- Reparação do coletor de águas pluviais na Rua Dr. Vitorino de Sá – Santa Maria da Feira;
- Construção de Loteamento da Ilha do Guedes – Argoncilhe;
- Jardim de Infância da Igreja, n.º 2 – Sanguedo;
- Infraestruturas Rua das Caniças, frente Centro Escolar – S. João de Ver;
- Pavimentação do arruamento de ligação da Travessa da Mata n.º 3 Rua da Mata – Rio Meão;
- Centro Escolar de S. Domingos – Argoncilhe;
- Remodelação do edifício antigo do Centro Escolar de S. Domingos – Argoncilhe;
- Movimento de terras e drenagem na Travessa José Cardoso Soares Santos – Mozelos;
- Museu Convento dos Lóios – Santa Maria da Feira;
- Reformulação das instalações elétricas e iluminação em diversas escolas;
- Construção de um muro de suporte de terras na rua Dr. Francisco Sá Carneiro/Bago – Sanguedo;
- Demolição e reconstrução de um muro de vedação na EB1 da Mata - Rio Meão;
- Construção da Ponte sobre a Ribeira de Beire – Rio Meão;

- Construção de um muro de suporte de gabiões na Travessa 13 de Maio – Caldas de S. Jorge;
- Requalificação da Zona Envolvente às Caldas de S. Jorge - açude sobre o Rio Uíma.

Obras finalizadas com auto de receção provisória

- Requalificação e ampliação da EB1 Chão do Rio – Fiães;
- Construção do Pavilhão Desportivo de Mozelos;
- Execução de marcação rodoviária de pavimentos da rede viária municipal;
- Requalificação da Travessa do Rio – Canedo;
- Reparação de patologias no Centro Escolar de Louredo;
- Construção de rede pluvial e pavimentação na Rua Roberto Nunes – Arrifana;
- Prolongamento de extensão de rede pluvial na Rua do Sol – Arrifana;
- Construção da rede de drenagem pluvial na Rua Luís de Camões e Rua Prof. Dr. Beleza dos Santos – Arrifana;
- Reparação da Via Espargo-Paços de Brandão;



Via Espargo-Paços de Brandão

- Requalificação de rotundas Arrifana/Escapães IC2;
- Pavimentação da Rua João Paulo II (parcial) - Louredo e Rua da Fonte Grande – Gião;
- Construção da rede pluvial na Rua Prof. Vicente Reis – Arrifana;
- Construção de desvio de rede pluvial da Rua Padre João Gomes Rebelo e Rua Guerra Junqueiro – Arrifana;
- Reparação de descarga de rede pluvial na Rua da Igreja – Argoncilhe;
- Requalificação de arruamento - Largo Inácio Monteiro – Souto;
- Construção de Muros de suporte e vedações na Rua de Goim – Romariz;
- Manutenção do Polidesportivo da Suil – S. João de Ver;
- Centro Escolar de Fornos



Centro Escolar de Fornos

Obras em fase de vistoria para efeitos de receção provisória

- Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos do Concelho - 2.ª Fase;
- Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos do Concelho – 3.ª Fase;
- Construção da rede de drenagem pluvial no lugar das Fontainhas – Arrifana;
- Requalificação Urbana Fase I - Paços de Brandão;
- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos do Concelho - 5.ª Fase;
- Requalificação da Rua Armando Pinto Assunção - Fornos;
- Requalificação da Rua da Igreja – S. Paio de Oleiros;



Rua da Igreja – S. Paio de Oleiros

- Requalificação da EM520, entre a rua dos Camalhães e a Rua Marco da Poça - Argoncilhe/Olival - Santa Maria da Feira/Vila Nova de Gaia;
- Demolição de Edifício, anexos e muros de vedação, localizados entre as ruas S. Domingos e Nossa Senhora das Neves – Fiães;
- Requalificação da Rua Armando Pinto Assunção - Fase II – Fornos;
- Reabilitação de empreendimento de habitação social - Milheirós de Poiães;
- Reabilitação de empreendimento de habitação social – Guisande;
- Reabilitação de empreendimento de habitação social – Escapães;
- Construção de arruamento e requalificação na zona industrial da Silveirinha – S. João de Ver;
- Infraestruturas em Ordonhe – Argoncilhe;

- Reparação das redes de drenagem doméstica e pluvial na Rua São Nicolau – Santa Maria da Feira;
- Reabilitação de empreendimento de habitação social - Caldas de S. Jorge;
- Reabilitação de empreendimentos de habitação Social – Canedo;



Empreendimentos de habitação Social de Canedo

- Construção de rede de drenagem pluvial no Lugar dos Camalhães – Argoncilhe;

Obras contratadas/em execução

- Demolição de edifício de habitação e anexos - Rua do Pinhal – Escapães;
- Requalificação da Rua Dr. Carlos Alberto Almeida - Vila Maior;
- Reparação da rede de drenagem pluvial e saneamento na Avenida de Lourosa e envolvente ao Edifício Lagoa – Lourosa;
- Via de acesso ao PEC - reparação da caixa n.º 20;
- Pavimentação com mistura betuminosa nas freguesias de Argoncilhe, Caldas de São Jorge e Rio Meão;
- Ampliação da Zona Industrial de Arrifana;
- Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos do Concelho - 6.ª Fase - Santa Maria da Feira;
- Requalificação urbana da área central de Fiães - Fases 1, 2 e 3;
- Pavimentação, com mistura betuminosa e infraestruturas, em vários arruamentos do Concelho;
- Requalificação urbana da área central de Lourosa;
- Remodelação da Escola Coelho e Castro – Fiães;



Escola Coelho e Castro – Fiães

- Demolição de pavilhão, anexos e alpendres - Rua do Comércio – Lourosa;
- Reabilitação de empreendimento de habitação social - Lourosa – Cadinha;
- Prolongamento da rede de esgotos entre a Travessa de Valbões e o cruzamento de Beire - S. João de Ver;
- Infraestruturas de loteamento – lugar das Eiras de Baixo/Casal, Avenida 25 de Abril – Santa Maria da Feira;
- Substituição de cobertura do pavilhão da Casa do Povo de Fiães;
- Reabilitação de empreendimentos de habitação Social - Paços de Brandão;
- Execução de infraestruturas e pavimentação na Travessa das Valas – Rio Meão;
- Pavimentação na Zona Norte do Concelho - Lote 1;
- Pavimentação na Zona Norte do Concelho - Lote 2;
- Construção de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais em vários arruamentos da cidade de Fiães;
- Requalificação urbana da área central de Fiães - Fase 4;



- Pavimentação da Urbanização das Penas - Paços de Brandão;
- Reabilitação de Empreendimento de Habitação Social - Fiães – Souto;
- Pavimentação na Zona nascente do Concelho - Lote 1;
- Pavimentação na Zona nascente do Concelho - Lote 2;
- Pavimentação na Zona nascente do Concelho - Lote 3;
- Construção de muro suporte na Rua da Fonte – Travanca;
- Construção de passagem hidráulica para travessia de ferrovia, lugar da Póvoa de Baixo - Paços de Brandão;
- Drenagem de águas pluviais na Rua dos Canteiros/Rua das Corgas - Santa Maria da Feira;
- Pavimentação de recreios escolares em betão poroso - várias freguesias;
- Requalificação de rotundas em Romariz - Rotunda do Chapa, Rotunda Rua da Serra e Rotunda Rua das Lameiras;
- Redimensionamento das passagens hidráulicas na Travessa dos Pardais – Lourosa;
- Construção da rede de drenagem de águas residuais na Rua da Ribeirinha - Santa Maria de Lamas;
- Pavimentação da Zona Industrial da Silveirinha – S. João de Ver;
- Reabilitação e ampliação do edifício destinado a arquivo municipal;
- Execução de fundações do Edifício H da Escola Coelho e Castro – Fiães;
- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos – 8.ª Fase, nas freguesias de Lourosa e S. João de Ver;
- Requalificação do Polidesportivo do Engenho Velho - S. Paio de Oleiros;
- Reabilitação de empreendimentos de Habitação Social - Fiães – Ferradal;

Departamento de Obras Municipais e Infraestruturas

O Departamento de Obras Municipais e Infraestruturas exerce a sua atividade transversalmente a dois pelouros, sendo, no essencial, responsável pela manutenção e conservação dos edifícios municipais e pela infraestrutura viária. Sob a sua dependência, mas pertencendo ao Pelouro da Proteção Civil, Espaços Verdes e Jardins e Ação Social, o departamento coordena ainda as atividades da Divisão de Serviços Urbanos, Divisão de Ambiente e Divisão de Espaços Verdes e Jardins. O Departamento garante a coordenação e integração de todos os serviços, tendo, sob a sua alçada, a ação das brigadas do Município, em particular nas intervenções de carácter mais urgente.



Divisão de Mobilidade, Rede Viária e Trânsito

A atividade da Divisão de Mobilidade, Rede Viária e Trânsito (DMRVT) ficou, claramente, marcada, em 2019, pela prossecução do plano de investimentos do Município na reabilitação dos arruamentos do Concelho, dando seguimento à aposta assumida pelo Executivo no seu mandato autárquico. No ano em análise, foram dadas como concluídas, lançadas ou encontravam-se em execução as 6.^a, 7.^a e 8.^a fases de pavimentações, sendo que, até ao final desse ano, já haviam sido repavimentados cerca de 150 quilómetros de vias por todo o Concelho. Além das empreitadas, a Divisão realizou, por administração direta, pequenos troços de pavimentação, o que permitiu uma resposta mais célere e eficaz.

Trata-se de um projeto que o Município abraçou com afinco, que terá continuidade no presente e no futuro, tendo já sido iniciadas obras correspondentes à oitava fase de pavimentações, sempre de acordo com as prioridades estabelecidas para cada freguesia, mas sem descuidar o estado de conservação das vias e a sua importância.

O enfoque da DMRVT foi colocado, também, numa revisão e planificação das posturas de trânsito e na produção de novos planos de sinalização vertical e horizontal que, em 2019, abrangeu as freguesias de Travanca, Sanfins, Espargo, Vila Maior e Vale.

Para além disso, a Divisão promoveu um conjunto de obras por administração direta, de que são exemplo diversas intervenções de reparação e conservação da rede de drenagem de águas pluviais, obras de reparação, conservação e manutenção da rede viária, a correção e execução de novas redes públicas de drenagem de águas pluviais, a pavimentação a mistura betuminosa a quente em troços de ruas de alguma complexidade, a construção de muros de suporte da via pública e a construção da passagem hidráulica com recurso a “box couvert” no lugar de Mouquim, na freguesia de Romariz.

De realçar o contributo da Divisão no âmbito da mobilidade já que, paulatinamente, se prepara uma revolução neste campo. Para estes trabalhos, houve também um contributo importante da Divisão de Planeamento, já que muito assuntos são partilhados.

Na área da mobilidade, é de referir o contributo do Município de Santa Maria da Feira referente ao serviço público de transportes de passageiros, à proposta apresentada pela Autoridade Metropolitana de Transportes, procurando alcançar um maior nível de cobertura territorial dos transportes públicos intramunicipais e intermunicipais, em conformidade com o disposto na legislação em vigor. O concurso público internacional foi já lançado, aguardando-se pela avaliação de propostas. Além do aumento da oferta, o concurso prevê uma modernização dos transportes públicos, quer ao nível dos equipamentos, quer ao nível da informação aos utentes, com especial enfoque na intermodalidade.

Ainda no que concerne à mobilidade, 2019 foi o ano em que o cartão andante se alargou a toda a área Metropolitana do Porto, com preços máximos dos passes de 30 € nos transportes

dentro do Município e 40 € nos intermunicipais. Esta solução, apesar do esforço financeiro do Município, representa um incentivo ao uso do transporte público, com os evidentes benefícios económicos para as famílias.



O Cartão andante ficou disponível no Município em 2019

Ainda no âmbito da mobilidade, a Divisão continuou o seu trabalho visando a elaboração de um plano de mobilidade com os objetivos de:

- Promover a mobilidade sustentável e eficiente;
- Promover a qualidade ambiental, saúde pública e segurança;
- Promover a acessibilidade com um fator de inclusão e justiça social;
- Promover a intermodalidade;
- Integrar as políticas de ordenamento do território e dos transportes.

O Município mantém em funcionamento o serviço do sistema de transporte Transfeira, garantindo-se o apoio necessário ao seu adequado funcionamento.

Por fim, refira-se o elevado número de correções na via pública, visando a melhoria da acessibilidade, que inclui o rebaixamento de passeios, a implementação de novos lugares de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida e a execução de passeios.



Avenida Dr. Belchior Cardoso da Costa – rebaixamento de passeio



*Biblioteca Municipal – criação de lugar de estacionamento
para pessoas com mobilidade condicionada*

No âmbito da melhoria das condições de segurança e conforto para os peões, o Município continua a protocolar com proprietários e juntas de freguesia a execução de passeios. Ao longo de 2019, celebraram-se mais de 40 protocolos, correspondentes à execução de mais de quatro quilómetros de passeios.



Passeio na Rua dos Combatentes, Rio Meão



Passeio na Rua de Angola, Santa Maria da Feira

A Divisão garante, também, o apoio transversal a serviços municipais, nomeadamente o apoio à publicidade e ocupação do espaço público, a análise dos acidentes de viação ocorridos na rede viária municipal, o acompanhamento da execução de contratos de prestação de serviços e o acompanhamento e fiscalização dos trabalhos de reposição de



pavimentos em intervenções na via pública para execução de infraestruturas de operadores de serviço público.

Saliente-se ainda as obras executadas por administração direta, mencionando-se:

- Estudo, preparação, orçamentação, programação e execução das diversas intervenções, de reparação e conservação da rede de drenagem de águas pluviais, de reparação, conservação e manutenção da rede viária municipal (pavimentos betuminosos, muros de suporte e vedação, calçadas e passeios, caixas de visita, sistema de sinalização do trânsito, etc.);
- Execução de obras de reparação, conservação e manutenção da rede viária, pontualmente com construção nova, incluindo sistema de sinalização do trânsito, muros de suporte e vedação da via pública, pavimentações a massa betuminosa a quente, tapamento de covas a massa betuminosa a frio e sistema público de drenagem de águas pluviais; execuções estas realizadas pelo setor operacional da rede viária e trânsito (brigadas), incluindo toda a gestão, acompanhamento e controlo das atividades realizadas:
- Correção e execução de novas redes públicas de drenagem de águas pluviais, em troços de extensão significativa, como a conclusão da extensão na Rua Regatos de Baixo – freguesia de Rio Meão, Rua das Laranjeiras – freguesia de Fiães, Rua das Escolas e II Travessa das Escolas – freguesia de S. Miguel de Souto, Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, Rua Alcides Branco – freguesia de Santa Maria da Feira, Rua 5 de Outubro – freguesia de Lourosa, Rua da Lavandeira – freguesia de S. João de Ver, Rua Bairro da Mata e Rua S. José – freguesia de Santa Maria de Lamas;
- Pavimentação a mistura betuminosa a quente, em troços de ruas de alguma complexidade, como a Rua da Azenha – freguesia de Escapães, Rua do Esporão – freguesia de Argoncilhe, Rua das Laranjeiras – freguesia de Fiães, Rua de S. Brás e Travessa de Ermilhe – freguesia de Mozelos, Rua 1.º de Maio, Avenida Clube Desportivo Feirense, Rua Professor Egas Moniz, Rua António Castro Corte Real, Rua Ferreira Castro, Rua Comendador Sá Couto, Rua Antero Andrade e Silva e Rua S. Paulo da Cruz – freguesia de Santa Maria da Feira;
- Construção de muros de suporte da via pública, como na Rua de Porto Junco – freguesia de S. Miguel de Souto, Rua da Relva – freguesia de Canedo e Rua dos Bombeiros Voluntários – freguesia de Escapães;
- Construção da passagem hidráulica com recurso a “box couvert” no lugar de Mouquim, na freguesia de Romariz.

Divisão de Conservação de Edifícios

A Divisão de Conservação de Edifícios não se limitou, em 2019, a acudir a situações pontuais que reclamassem reparação ou melhoria. Deu corpo a um conjunto de obras, por administração direta, que, não sendo propriamente vistosas, cumprem na plenitude o objetivo de conferir maior conforto e segurança a estabelecimentos como escolas, museus ou os vários edifícios de apoio ao Município.

Obras realizadas pelas brigadas da DCE em 2019:

- Execução de reparações diversas e de manutenção corrente nos vários fogos do parque habitacional social do Concelho, ao nível elétrico, de pichelaria, pintura e outras pequenas reparações;
- Execução de reparações diversas e de manutenção corrente nos vários estabelecimentos de ensino do Concelho, ao nível elétrico, de pichelaria, pintura e outras reparações, a destacar:
- Ligação da rede predial de drenagem de águas residuais à rede pública, bem como pintura de salas de aula e hall de entrada, na Escola Básica de Bairro, na freguesia de Arrifana;



Aspetto final do hall de entrada da EB do Bairro

- Aplicação de revestimento cerâmico em paredes interiores e pintura de tetos nas duas áreas de refeição da Escola Básica e Jardim de Infância do Cavaco, na freguesia de Santa Maria da Feira;
- Reparação de câmaras de visita e execução de novo tramo de coletor de drenagem de águas pluviais, no recinto superior, orientado a sudeste, da Escola Básica e Jardim de Infância do Cavaco, na freguesia de Santa Maria da Feira;
- Execução de impermeabilização da cobertura do alpendre na entrada, bem como pintura das salas de aula, corredor e WC, localizados no piso 1, do Jardim de Infância de Montinho, na freguesia de Santa Maria da Feira;



- Remodelação do interior da cantina, com aplicação de revestimento cerâmico em paredes interiores e pavimento, incluindo pintura de tetos da área de confeção e armazenamento, na cantina de Lagoínha, na freguesia de Santa Maria de Lamas;
 - Pintura exterior do edifício, incluindo muros e gradeamento, bem como substituição das vedações dos vãos envidraçados, na Cantina de Lagoínha, na freguesia de Santa Maria de Lamas;
 - Aplicação de isolamento térmico na cobertura no Jardim de Infância da Cruz, na freguesia de Santa Maria da Feira;
 - Aplicação de revestimento cerâmico em paredes interiores e pintura de tetos nas várias áreas de refeição da Escola Básica N.º 2, na freguesia de Santa Maria da Feira;
 - Reconstrução do muro de suporte e vedação, contíguo à propriedade da paróquia, que estava em perigo de derrocada, na Escola Básica de Igreja, na freguesia de Escapães;
 - Reparação, tratamento e envernizamento de pavimentos em soalho de madeira em várias salas localizadas no piso do rés-do-chão, na Escola Básica de Casalmeão, na freguesia de Lourosa;
 - Melhoramento das condições térmicas na cobertura do edifício, tratamento de paredes orientadas a norte, de duas das salas de aula e substituição de portas de acesso às salas de aula do piso 1, na Escola Básica de Avenida, na freguesia de Fiães;
 - Substituição do sistema ETICS do edifício do jardim de infância, incluindo a reparação de várias das fachadas dos restantes edifícios, devido a danos provocados por impactos, na Escola Básica e Jardim de Infância de Igreja, na freguesia de Lobão.
- Execução de reparações diversas e de manutenção corrente nos edifícios do património municipal ou a cargo do Município, manutenção e conservação de mercados, cemitérios e equipamentos destinados a realizações de interesse público, ao nível elétrico, de pichelaria, pintura e outras reparações, destacando-se:
- Remodelação e adaptação de vários espaços interiores nos edifícios municipais, de forma a alocar os serviços reorganizados;
 - Construção de 14 novos jazigos no cemitério municipal de Santa Maria da Feira;
 - Manutenção de madeiras dos passadiços do Parque Ribeiras do Uíma, na freguesia de Fiães e Lobão;
 - Pintura das fachadas exteriores e tratamento de madeiras dos edifícios do Museu do Papel, na freguesia de Paços de Brandão;
 - Impermeabilização da cobertura da zona de escadas, do paramento a sul, parapeitos e floreiras, do piso 2, do edifício Viana de Lima, na freguesia de Santa Maria da Feira;
 - Substituição de vãos envidraçados em madeira de vidro simples por vãos de alumínio e vidro duplo, no Cineteatro António Lamoso, na freguesia de Santa Maria da Feira;



Novos vãos envidraçados instalados no Cineteatro António Lamoso

- Manutenção e conservação de tramos de muro de suporte das margens da ribeira de Cáster, incluindo construção de novo tramo de muro e encontros, com instalação de ponte pedonal em madeira junto ao moinho, na zona verde junto às piscinas municipais, na freguesia de Santa Maria da Feira;



Aspetto final dos trabalhos junto à Ribeira de Cáster

- Apoio aos diversos eventos efetuados ao longo do ano, dos pelouros da Cultura, Desporto e Educação, tais como Perlim, Viagem Medieval, Imaginarius, entre outros;
- Apoio aos eventos promovidos pelas diversas associações do Concelho, em parceria com o Município, ao nível da pichelaria e eletricidade;
- Reparação e manutenção de vários abrigos para utentes de transportes públicos, localizados em vários locais do Concelho;
- Execução de demolição de habitação e limpeza de terreno, adquirido pelo Município, na freguesia de Lourosa.

Divisão de Planeamento



Na sequência da nova orgânica do Município, que entrou em vigor em outubro de 2018 e que culminou com a criação desta divisão, o planeamento do território ganhou uma redobrada atenção e importância na estrutura dos serviços municipais. Sendo um serviço criado para que se possa pensar e contribuir de forma coerente na definição de estratégias a seguir pelo Município, em termos de desenvolvimento e ordenamento do território, daí têm resultado importantes critérios e elementos de apoio às decisões, nomeadamente ao nível das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços de utilização coletiva.

O presente documento pretende descrever, de forma sucinta, um conjunto de atividades desenvolvidas ou acompanhadas pela divisão de planeamento em 2019, consubstanciadas em ações que assentam numa lógica de complementaridade com os demais serviços do Município.

Em termos macro, realçamos uma profunda reflexão sobre o planeamento e ordenamento do território municipal. De facto, com a necessidade de adequação do Plano Diretor Municipal ao novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), tem-se vindo a pensar o Concelho na lógica de uma significativa reforma do modelo de classificação e gestão do uso do solo: hoje, mais do que nunca, é absolutamente fundamental assumir uma complementaridade das diversas disciplinas que “constroem” a estrutura municipal. Desse modo, a dimensão urbana de um território passará, necessariamente, pela necessidade de garantir uma correlação direta com as diversas infraestruturas existentes, a construir ou quando sejam apenas objeto de requalificação ou manutenção.

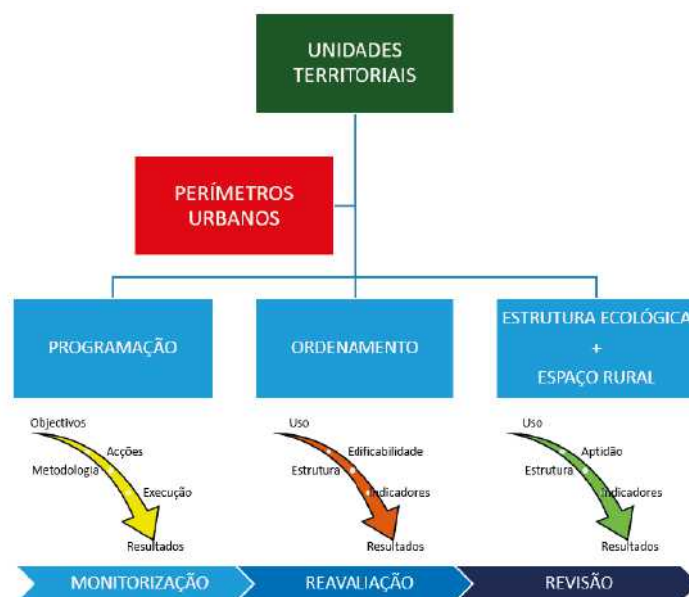
Ainda no leque das atividades de dimensão estratégica, abordou-se, também, entre outros aspetos, a renovação e expansão das áreas de atividades económicas (vulgo zonas industriais), a indústria 4.0 e a relação e complementaridade intermunicipal (estudos urbanos supramunicipais que abrangem municípios contíguos a Santa Maria da Feira). Por outro lado, a divisão colaborou em tarefas que apontam no sentido de estabelecer desígnios-base para desenvolvimento de uma rede de percursos de mobilidade ativa (hierarquização das infraestruturas viárias, definição de canais ou corredores cicláveis, ciclovias dedicadas ou partilhadas) e sua relação com a rede de transportes coletivos. As tarefas da divisão de planeamento foram ainda complementadas com trabalhos que apostam no reforço e valorização dos diversos espaços centrais.

Desse modo, elencam-se, de seguida, os projetos/atividades mais significativos desenvolvidos no ano de 2019:

Plano Diretor Municipal – 2.ª Revisão

- Início do processo relativo à 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal (deliberação na reunião ordinária da Câmara Municipal de 25 de março de 2019);
- Reuniões com a CCDR-N e demais entidades;

- Publicação do início do procedimento no Diário da República de 3 de maio de 2019;
- Constituição da Comissão Consultiva, Diário da República de 10 de maio de 2019;
- No âmbito da participação pública, realização de sessão de esclarecimento na Biblioteca Municipal em 6 de junho de 2019;
- Diversas reuniões setoriais, das quais se destacam os encontros com a CCDR-N sobre a delimitação dos perímetros urbanos, trabalhos de campo com a DRAP-N com vista à redefinição da Reserva Agrícola Nacional, encontros temáticos sobre diversos temas, serviços e setores municipais e apoio na adequação da Avaliação Ambiental Estratégica que acompanha o PDM.



Fluxograma de Revisão do PDM

Plano Geral de intervenção nas zonas industriais do Município

Após o diagnóstico realizado sobre o estado das atuais zonas industriais do Município, trabalho esse que visa a definição de ações, orientações, estratégias de requalificação e dinamização desses grandes espaços de atividades económicas, foi iniciado um conjunto de exercícios de planeamento que podem contribuir para equacionar futuras ações de requalificação e também de expansão.

Desse modo, elencam-se as áreas que foram objeto de análise e de estudos urbanísticos:

- Expansão da Zona Industrial do Roligo, Espargo;
- Colmatação e expansão da Zona Industrial do Fundão, Mozelos;
- Expansão da Zona Industrial da Pedra Verde, Milheirós de Poiares;
- Expansão da Zona Industrial da Corujeira/Cavaco, Santa Maria da Feira;
- Colmatação da Zona Industrial da Silveirinha;
- Expansão da Zona Industrial de Vila Maior/Canedo;

- Discussão de políticas estratégicas para expansão do Lusopark;



Zona Industrial do Roligo – estudo de expansão

Mobilidade e Acessibilidade

Continuidade na abordagem de âmbito estratégico, no sentido de identificar e projetar diretrizes para as futuras intervenções no espaço público, com o objetivo de requalificação da rede viária de algumas ruas do centro da cidade de Santa Maria da Feira.

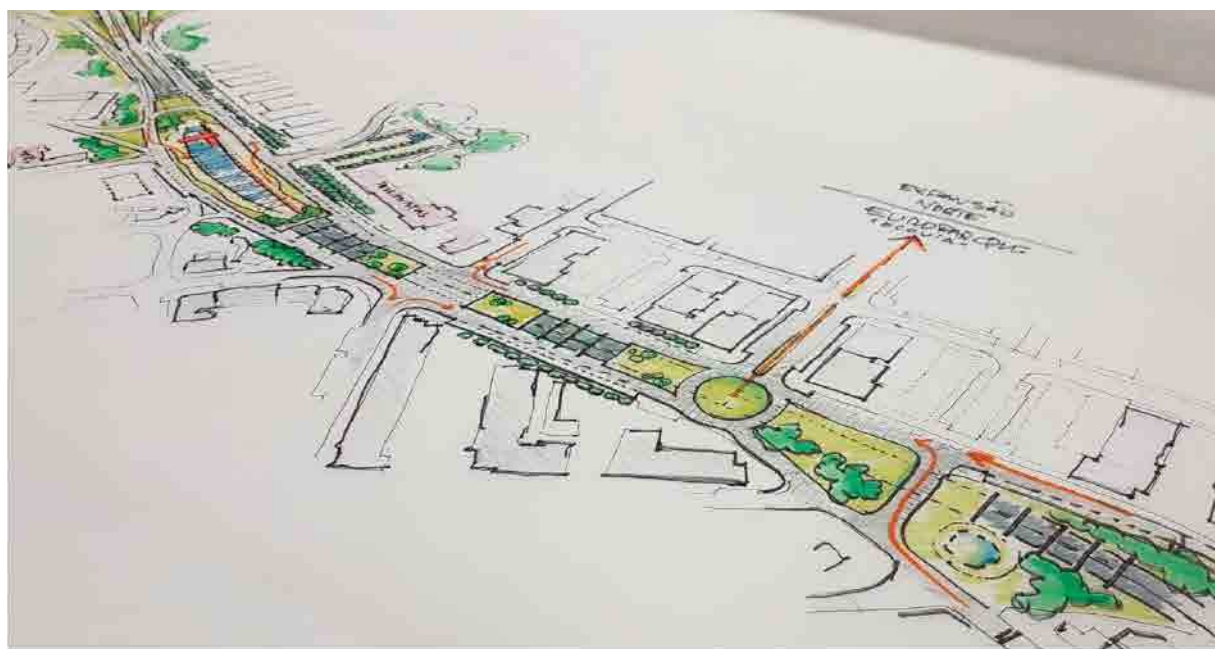
Foi elaborado um documento-base para análise e decisão quanto à hierarquização da rede viária e suas principais funções, enquanto elemento estruturante da cidade, quanto ao tratamento das principais entradas da cidade, a identificação de possíveis corredores com vista à implementação de ciclovias, ligação com os principais equipamentos públicos geradores de fluxos populacionais e a possível localização da interface de transportes, entre outros.

Definição de duas rotundas, localizadas na EN223, nos principais acessos à cidade de Santa Maria Feira.

Elaboração de estudo-base com vista à eventual criação do popularmente denominado “Túnel da Cruz”, que permitirá, eventualmente, a criação de uma maior relação formal e

urbana das duas áreas da cidade de Santa Maria da Feira atualmente atravessadas pela EN223.

A presente abordagem, com uma lógica de promoção da ligação entre as duas zonas da cidade, caso venha a ser desenvolvida, será a maior e mais importante alteração daquela zona do Concelho do último meio século.



*Esboço da solução para o desnivelamento da Estrada Nacional 223,
na Cruz, Santa Maria da Feira*

Áreas de Reabilitação Urbana (ARU)

Face ao regime jurídico da reabilitação (lei nº 32/2012, 14 de agosto), procedeu-se à redelimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) do Município.

No decorrer de 2019, foram dinamizadas e realizadas reuniões de trabalho no sentido de agilizar procedimentos, bem como a emissão de pareceres e acompanhamento de processos englobados em ARU.

Outros trabalhos, estudos ou planos

- Participação/acompanhamento na definição da Estratégia Local de Habitação;
- Participação/acompanhamento na Avaliação Ambiental Estratégica no âmbito do processo de revisão do PDM;
- Diretrizes e estudo-base para ampliação do cemitério de Caldas de S. Jorge, incluindo a casa mortuária;
- Estudo para desenvolvimento a longo prazo da zona central de Fiães (criação de grande praça central);



Plano a longo Prazo para o desenvolvimento da zona central de Fiães

- Programação/projeção a longo prazo do espaço “Quinta do Chora” e zona envolvente;
- Alteração do alvará de loteamento junto à rotunda do Hospital S. Sebastião;
- Alteração de loteamento em Caldas de S. Jorge;
- Loteamento da Junta de Freguesia de Escapães (adequação).
- Colaboração do Município no processo de licenciamento de uma unidade industrial na Zona Industrial da Silveirinha, na freguesia de S. João de Ver. Após a tramitação dos processos da RAN e da REN, nas entidades de tutela, e publicada a alteração da carta da REN em DR, foram desenvolvidos os procedimentos necessários a uma alteração simplificada ao PDM.
- Colaboração do Município no processo de licenciamento/legalização de unidade industrial da Urbanização de Paredinha, Rio Meão. Após a tramitação do processo de alteração da RAN, na entidade de tutela, foi dado continuidade aos procedimentos necessários a uma alteração simplificada ao PDM.
- Ambos os processos foram concluídos com êxito e publicados no Diário da República.
- O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – PMDFCI encontra-se em fase de revisão, estando a Divisão de Planeamento a colaborar com o Gabinete Técnico Florestal do Município. Após a apresentação da versão mais atualizada do trabalho, a equipa está a realizar a compatibilização e atualizações nos respetivos mapas, relatórios e bases de dados.
- Participação em reuniões da Comissão Consultiva do Plano Especial da Albufeira Crestuma-Lever (PEACL), com vista à definição dos objetivos operativos.